



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>

UC-NRLF



φB 49 108

*The
University of California
Library*



H. Morse Stephens

University of California

DP634
.8
S6P7

EDGAR PRESTAGE

"

PAMPHLETS ON

ANTONIO DE SOUZA

DE MACEDO.

1. **Duas cartas do Dr. Antonio de
Sousa de Macedo. 1916**
2. **O Dr. António de Sousa de Macedo.
1916**

868644

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

1.

Separata do «Boletim da Segunda Classe», vol. X

DUAS CARTAS

OF
CALIFORNIA

DO

DR. ANTONIO DE SOUSA DE MACEDO

ESCRITAS DE INGLATERRA A EL-REI D. JOÃO IV

PUBLICADAS POR

EDGAR PRESTAGE Pamphlets



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Rua do Arco a Jesus, 113

1916

70 VINU
ANSON LAD

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Separata do «Boletim da Segunda Classe», vol. I

DUAS CARTAS

DO

DR. ANTONIO DE SOUSA DE MACEDO

ESCRITAS DE INGLATERRA A EL-REI D. JOÃO IV

PUBLICADAS POR

EDGAR PRESTAGE



ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Rua do Arco a Jesus, 113

1916

TO VNU
ABRIL 1916

COIMBRA — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE — 1916

UNIV. OF CALIFORNIA
DUAS CARTAS
DO DR. ANTÓNIO DE SOUSA DE MACEDO,
ESCRITAS DE INGLATERRA
A EL-REI D. JOÃO IV

De toda a correspondência official de Sousa de Macedo com o govêrno portuguez, durante os cinco annos da sua residência na Inglaterra, só restam (que eu saiba) duas cartas, que se encontram num códice de Miscellanea da Torre do Tombo.

São apenas cópias, pouco exactas, embora coevas, e não vem nem assignadas nem datadas, mas é felizmente possível determinar as datas em que fôram escritas, sem grande risco de êrro ¹.

Versam assuntos a que já me referi no estudo sobre Sousa de Macedo oferecido à Academia ha pouco ², mas com minúcia maior; e por êste motivo, e porque ministram informações desconhecidas, que interessam tanto á história inglesa como a portuguesa, creio que não devem ficar por mais tempo inéditas.

¹ O ano apura-se pelo confronto com as cartas de Sousa de Macedo ao Conde da Vidigueira. O mês e dia em que foi escripta a 1.^a carta vem indicado nos principio da 2.^a carta, e pelo que diz esta, vê-se que foi redigida poucos dias depois daquella.

² O *Dr. António de Sousa de Macedo, Residente de Portugal em Londres*. Este estudo e as cartas agora trazidas a público, servirão para preencher algumas das lacunas sensiveis no tomo xvii do *Quadro Elementar*, obra de Rebelo da Silva.

A primeira carta trata de quatro assuntos principais. O primeiro é a libertação do Infante D. Duarte, sobre a qual a carta não traz novidades para nos, porque já foi aproveitada por Ramos Coelho no seu trabalho acerca d'aquelle Príncipe ¹.

O segundo assunto é o casamento do Príncipe Carlos, filho de Rei Carlos I da Gran-Bretanha. Sousa de Macedo lá reivindica para si a autoria do projecto de casar o herdeiro da corôa com uma das Infantas portuguezas ², sob condição (repare-se bem) que a aliança trouxesse para os perseguidos Católicos do Reino Unido a liberdade de consciência. Reportando-se a uma carta que dirigiu a El Rei D. João IV nos fins de junho de 1644, acrescenta que posteriormente lhe falaram nisto várias pessoas, entre ellas Jorge Gage e o Secretário de estado Sir Duarte Nicholas, e descreve as negociações que houve, com pormenores curiosos, em que transparecem o zêlo religioso e monarchico do Residente de Portugal e os escrúpulos de consciência do Rei Carlos.

Este não se prestava a principio a conceder a liberdade de consciência, mas sómente «alguns bons partidos menores», mas Sousa de Macedo assegura a D. João IV que espera alcançar pelo menos a liberdade para os Católicos de exercerem a sua religião em casa, «o que bastará para converter este Reyno». Passa a expor as vantagens da aliança matrimonial. Será em serviço de Deus e de glória para Portugal, se se alcança na religião o que não puderam, nem o Rei de Castela no casamento que se projectou, nem o Rei de França no que se realisou ³.

¹ *História do Infante D. Duarte* tomo II, pag. 64, et seq.

² Fica assim resolvida a duvida por mim manifestada no capitulo *Negociações para o casamento do Principe Carlos*, do meu estudo já citado.

³ De Henriqueta Maria com Carlos I.

Demais a mais, conseguir-se-hão o favor do Papa, e a amizade do Rei Carlos contra o de Castela, e contra os holandeses; e dali em diante Portugal não dependerá sómente do Rei de França, «que tem seus podres».

A dificuldade está em que Carlos I só fará isto com o fim de conseguir em dote uma grande assistência, e a Portugal não sobejam recursos; mas, em vista das utilidades referidas, Sousa de Macedo opinava que se devia fazer um grande esforço, e que D. João IV pedisse ao Papa um subsidio eclesiástico e uma ajuda de seu dinheiro, atendendo a que o casamento resultaria em prol da fé Católica.

O Residente apela para os sentimentos religiosos do seu soberano, lembrando-lhe que «Deus fundou esse Reino para sy particularmente, e declarou que era para os Portugueses estenderem sua fé». Afirma que o Príncipe Carlos é de gentil disposição e creado em grande ódio contra os protestantes dissidentes e em boa afeição aos Catholicos: e prevenindo uma duvida que se podia levantar, diz que talvez se possa fazer o casamento sem romper abertamente com o Parlamento, «a fim de conservar o commercio».

O terceiro assunto é a mediação entre Carlos I e o Parlamento. Sousa de Macedo desejava que fôsse entregue a D. João IV, junto com o Rei de França, e aponta as vantagens e inconvenientes da proposta.

O quarto assunto é a nomeação dum embaixador inglês para a côrte de Lisboa, que Sousa de Macedo só conseguiu ulteriormente, como relatei no outro estudo. Êste successo, de verdadeira importância para Portugal, foi a recompensa dos serviços do Residente aos Reis da Gran-Bretanha.

Querendo mostrar-se agradecidos a tão dedicado amigo e desejosos de o conservar no país, tanto a Rainha Henriqueta como o Rei Carlos escreveram a D. João IV,

pedindo para ele o título de Embaixador. Esta mercê muito penhorava Sousa de Macedo, por se julgar merecedor da promoção pela sua ascendência, pelos seus serviços e gastos que fizera e pelo lustre com que se houvera em Inglaterra, especialmente na última jornada de Oxford. O maior salário de embaixador não o tentava; era o acrescentamento e a honra que lhe apeteciam, pois, como confessou com toda a franqueza: «não sou de pedra para deixar de o estimar, mas também tenho por opinião que não pode proceder bem quem não aspirar às honras por meyos justos». Havia de ficar bastante contrariado, quando de Lisboa lhe mandaram resposta negativa.

No fim da carta Sousa de Macedo faz uma recomendação a D. João IV que não deixa de ser interessante; que querendo este mandar presente ao Secretário de Estado, ou ao Conde de Dorset, não é necessário oferecer nem cheiros, nem doces, (os productos portuguezes que naquele tempo eram mais prezados no estrangeiro), senão presuntos da Beira, paios, chouriços, queijos do Alemtejo (comtanto que estejam frescos!) e botijas de azeitonas, sendo estas as cousas que se estimam na Inglaterra.

Na segunda das duas cartas Sousa de Macedo torna a falar do casamento do Príncipe Carlos. Os intermediários neste negocio agora lhe asseguram que o Rei sempre concederá a liberdade de consciência aos Católicos, mas sem embargo disto, o Residente diz que duvida. Depois refere a suspeita de que o Papa e o Rei de Castela andem planeando a entrega a este de Irlanda. Se Inglaterra estivesse florescente, seria de proveito para Portugal que o Rei de Castela se metesse em guerra com aquele país; mas no estado actual, o Rei Filipe fácilmente se tornaria Rei de Irlanda, sendo impotentes para defendê-la, assim o Rei Carlos como o Parlamento. Isto traria graves prejuízos a Portugal, pela muita gente e grandes armadas que o Rei de Castela podia tirar de Irlanda.

Para prevenir contra isto, o Rei da Gram-Bretanha pensava em fazer o seu filho segundo, o Duque de York, vice-rei da ilha, e em conceder aos irlandeses a liberdade de religião Católica, e logo em mandar vir um exército deles em seu socorro a Inglaterra, o que, se o casamento de Portugal se effeituasse, seria de grande auxilio para conseguir a liberdade de consciencia para os Católicos ingleses. Porém para pôr em execução estes planos, o Rei Carlos precisava de dinheiro e esperava encontrá-lo no dote da Infanta. Nestas circunstâncias, observa Sousa de Macedo, o negocio além de ser útil ao serviço de Deus, parece quasi necessário, para atalhar o engrandecimento do poder de Castela. Também serviria, no seu entender, de auxilio às pretensões de D. João IV em Roma, isto é, à provisão dos bispados vagos na forma desejada pelo governo, que era a questão magna em litigio entre Portugal e a Santa Sé. A idea de Sousa de Macedo era que o Papa certamente deixaria de patrocinar os designios de Rei de Castela, se por outro caminho a liberdade religiosa fôsse assegurada aos Católicos de Irlanda e Inglaterra. Adverte que quando o negocio do casamento esteja em termos, se deve comunicá-lo ao Rei de França, para que intervenha no contracto e preste auxilio. A única dúvida nisto é que, sabendo-se em França as boas condições que o Rei Carlos oferece, o Duque de Orleans talvez queira aproveitar-se d'ellas e casar sua filha com o Príncipe Carlos. Comtudo a isto se oporão os Católicos ingleses, e até os próprios estadistas franceses, por reconhecerem que não lhes convêm ter rainha francesa na Inglaterra, porque o natural ódio entre as duas nações não permite amizade estreita, e os intrigantes se servirão da autoridade da rainha para agitar as facções na França, como fizeram com Henriqueta Maria.

Já se sabia, por sua correspondência com o Conde da Vidigueira, que Sousa de Macedo, movido do zêlo da fé,

trabalhava com denodo em favor do Rei Carlos contra o Parlamento, e que apontava várias medidas tendentes a assegurar-lhe a vitória; mas destas cartas resulta mais que procurava facilitar os meios da vinda a Inglaterra dum exército irlandes em auxílio da causa Rialista e do Catholicismo, cousa que os Protestantes mais temiam. Êstes odiavam os irlandeses por serem Católicos e rebeldes à autoridade do governo de Londres; portanto não admira que a aliança entre Carlos I e os irlandeses fôsse uma das acusações capitais que o Parlamento levantou contra êle e que contribuísse poderosamente à sua morte no cadafalso. É claro que o Rei tinha o direito de se servir desta arma, mas de facto os regimentos irlandeses que êle mandou vir, pouco lhe aproveitaram. Tinham, é certo, bons officiais, mas as praças eram turbulentas e de menos confiança, e não raras vezes desertaram para o inimigo.

Sousa de Macedo a El Rel

(?) 28 de Fevereiro de 1645

«Quatro negocios de grande importancia a meu parecer tratarey nesta carta, sobre que peço a V. Magestade se sirua de me mandar responder com a breuidade possiuel, por nauio que uenha para este Reyno, ou para o de França, ou para Olanda; duplicando as uias para mayor segurança.

«O primeiro he que sabendo eu o grande aperto de dinheiro em que estaua El Rey de Inglaterra para esta campanha, em que consiste a mayor parte do successo da guerra, cuidey em o empenhar com hũa promessa consideravel a procurar de El Rey de Castella a liberdade do Serenissimo infante dom Duarte. Como a occasião não daua lugar a esperar repostada de V. Magestade, e comtudo a materia era de tanta consideração, a como-

niquey ao Conde Almirante, e a Francisco de Sousa Coutinho, que ambos aprouarão meu pensamento; somente duidou o Conde se os gastos deste Reyno premetirão tirar delle com breuidade dusetos mil crusados, que eu declarey por algũas circumstancias ser o menos que o negocio custaua, e que assy deuiamos procurar fosse o pagamento a prazos e não todo a dinheiro, mas boa parte em armas, monições e mercadorias, o que eu já determinaua. Francisco de Sousa não somente approou a tenção, mas disse que não reparaua em que fosse dobrado do que eu appontaua, mas que receaua que El Rey de Inglaterra quisesse de antemão algũa parte, que negada causava escandolo, e dada se perderia, não tendo o negocio effeito.

«Assy fui a Oxfort, aonde está El Rey, e depois de alguas rezões, nos consertamos em que se dentro de seis meses contados dos desasseis dias deste mes de febreiro El Rey de Inglaterra alcançasse liberdade effectiua para o dito principe, com saluo conduto para se poder hir a Portugal, V. Magestade o assistiria com dusetos mil crusados nesta maneira. A 3.^a parte em dinheiro, da qual 3.^a parte a ametade se dará tanto que o Principe estiuesses em França, e cuidou em que se aiuntará pellos seruidores que V. Magestade tem por estas partes; a outra ametade, hauendo tempo para a fazer uir de Portugal; a segunda 3.^a parte em armas o monições, e mais presto que será possiuel fazellas uir de Alemanha, com segurança, depois da dita liberdade, e neste tempo de uirem com segurança, poderemos fazer a dilação necessaria; o resto em asucares, drogas da India, uinhos, ou outras mercadorias, logo que o dito Principe estiuere em Portugal, de que dey hum papel; mais promety quatro mil crusados ao secretario de estado, Nicolao ¹, que grande-

¹ Sir Duarte Nicholas.

mente me ajudou nas condições e circunstancias, em que ouue muita difficuldade, e quatrocentos crusados ao seu official mayor.

«Em consequencia disto, El Rey escreveu a El Rey de Castella, breue mas bastantemente encarecida, remetendo sse ao embaxador que tem em Madrid; logo escreueo ao Embaxador na forma de que eu fiquey satisfeito, para se mostrar a carta aos ministros castelhanos; e porque consideramos que El Rey de Castella cuidaria que V. Magestade daua muito menos, e assy que em o mesmo poderia contentar a El Rey de Inglaterra, e ao menos meter tempo em meo, pedindo ao Embaxador que soubesse quanto V. Magestade daua para o dar para atalhar a tudo, pello menos a dilação; acordamos que em carta separada se aduertisse ao Embaxador que em caso que se negue a liberdade, pedisse emprestados, que he o mesmo que dados, quatroçentos mil crusados, porem no dia seguinte me mandou dizer El Rey que tornara a cuidar que pedir tanto nos periudicaria, por El Rey de Castella não concederia nada, e ficauamos pondo hum alto preço a mercadoria para quando dipois lha quisessemos comprar por outra uia, e que assy era melhor pedir sómente os dusentos mil; eu inclinando-me algum tanto a esta rasão, e uendo também que poderia ser que El Rey de Inglatera queria fazer a tal emenda com esperanca de pello menos alcançar de El Rey de Castella o sobredito, consenty em que só isto se pedisse na outra carta, em que contudo se declara ao Embaxador que a liberdade he a principal cousa que ha de procurar, e cuido que assas embaraçado se uerá El Rey de Castella com esta contia, pois a respeito da moeda de belhão, e cambios para aqui, importará perto de quatrocentos mil; e declarasse que os ha de pôr aqui dentro de tres té quatro meses.. A carta para o Embaxador uay notauelmente encarecida, representando a obrigação que El Rey

de Castella tem a El Rey de Inglaterra, e como os antecessores de El Rey de Inglaterra emprestarão muito ao de Castella, que hoje lhe deue, e o grande aperto em que está El Rey de Inglaterra, para o qual os inimigos de El Rey de Castella offerecião a El Rey de Inglaterra bons partidos que elle não que¹ aceitar, por serem os interesses de El Rey de Castella, e que escolhe o expediente desta liberdade por ser cousa de grande utilidade para El Rey de Inglaterra e de menos consideração para El Rey de Castella. Ao mesmo Embaxador escreve também o secretário Nicolao.

«E por que grande [parte] do effeito pende da negociação do embaxador, eu lhe escreuo prometendo lhe 4 mil cruzados, e escreuo ao Conde Almirante, que se lhe parecer, ratifique a minha promessa, pella qual fará muito, porque sey que está com grande necessidade, porque deste Reyno lhe não vay cousa algũa.

«E por nada ficar por fazer, mando a Paris Felis Olanda, interprete desta Embaxada, para de ahi hir a Madrid, com passaporte que leua de El Rey de Inglaterra, em que diz que he seu vassallo e que o manda com negocios seus ao seu Embaxador, e a este escrene que o manda para logo traser a reposta do negocio, e que lhe dee credito ao que lhe disser sobre elle e não lhe declara que elle tem correlação algũa com V. Magestade, antes por todas as vias se ha de encobrir e mostrar se sómente puro ingres; de sua fidelidade não duuido, e de sua agência espero muito, pella boa instrução que leua, do modo porque ha de obrigar o embaxador a fazer maravilhas pello Serenissimo infante.

«Isto pare[ce] que está ordenado o melhor que pode ser, e quando não se consiga, sempre se ganha ficar El Rey

¹ Deve ser *quer*.

de Inglaterra empenhado nesta intercessão, para a fazer em outra occazião que se offereça, e será em tal tempo que a faça sem intereçe; e tambem na carta diz que sabem que o dito principe he innocente, e que sente muito o aperto em que sabe que está preso.

«Alem disto, não deixa de ser conveniente uer El Rey dé Castella que V. Magestade com semelhantes meos pode obrigar os principes, e sobre tudo El Rey de Inglaterra ficará muito agrauado de El Rey de Castella, se lhe negar isto, e pode ser que o obriguemos a lhe fazer peor reuendita.

«Eu me animey a isto, sabendo que V. Magestade hauia ordenado a frey Fernando de la Oue para negociação menos segura, e conclui com parecer dos ditos embaixadores de V. Magestade, saluando as difficuldades que elles considerauão, que he o mais que podia fazer, pois não hauia lugar de V. Magestade ser auisado, e eu não denia perder a occasião, e assy espero que V. Magestade se haja por bem seruido.

«Cheguey de Oxfort, aonde estiu dezoito dias, quando este nauio, que uay para o Porto, uay pello Rio abaixo, e mando esta carta a alcançallo daqui uinte legoas, pella qual breuidade não posso enuiar agora copia dos papeis de que assima faço menção; por que, por não hir esta carta muito segura, era necessario copialos em cifra, a que o tempo não dá lugar: em outra occasião os mandarey e agora tenho dito a substancia. O Embaxador de El Rey de Castella, que está aqui, nada sabe disto, porque assy pareceo conueniente. Daqui a hum mes, ou mes e meo, se me hão de dar outras cartas, instando pello despacho, sem embargo que nas sobre ditas se pede que seja dado dentro de tres ou quatro mezes, declarando se que não serue depois.

«O segundo negocio he que em carta do ultimo de junho de 644, duplicada por duas uias, escreui a V. Magestade

que as cousas aqui estauão em termos que se podia ordenar casamento entre o principe da Inglaterra e hũa das serenissimas infantas, e auendo boas condições, a principal das quaes era liberdade de consciencia para os catholicos, sobre a que não tiue reposta de V. Magestade.

«Isto então era somente imaginação minha, fundada em algum conhecimento que tenho destas materias; depois me falarão nisto por modo de descurso algũas pessoas, principalmente hum Jorge Gage, clerigo dos Superiores da cleresia deste Reyno, pessoa da principal nobresa, bem entendido, muito inteligente e confidente de El Rey de Inglaterra.

«Dey conta destas praticas ao conde Almirante. Respondeo me que lhes desse ouvidos, procurando saber se tinham muy alto principio. Fui ouuindo e desimulando, até que, estes dias passados, o dito Jorge, sabendo que eu hia a Oxfort, me disse que elle, por zello da Religião, afeição a Portugal, e amisade minha, tinha proposto a materia ao secretario de estado Nicolao, que a abraçaua e me falaria nella. Apontey algũas difficuldades, a que respondeo, e disse que esperaua algum bom effeito.

«Logo em Oxfort me falou o secretario, disendo que Gage lhe escreuera e lhe parecia que se poderia fazer algũa boa cousa, que fallasse eu a El Rey nisto. Repliquey que não tinha ordem de V. Magestade e totalmente estaua alheo de tal negociação, e que sómente me falaua Gage como em um discurso de cousas da India. Tornou me a diser que elle falará já a El Rey, e que El Rey era contente de tratar, e assy lhe dicesse eu que elle secretario me falára e pedira que fallasse a V. Magestade. Porpus lhe duuidas no effeito, mayormente na Religião, sem a qual me não atreueria a escrever a V. Magestade. Nisto disputámos, porque elle he fino herege. Emfim, mais brando, remeteo tudo a El Rey e que lhe falasse.

«Tiue de El Rey audiencia publica, em que lhe dey

conta do sucesso das armas de V. Magestade; depois, em outra particular, entre uarias cousas lhe disse que o secretario me persuadira a falar lhe em tal materia, e que uisse o que me mandaua sobre ella. Respondeo me que então estaua mais depressa do que era necessario, que tal dia as sete horas da manhã lhe fosse fallar ao jardim e entretanto cuidasse bem nas sercunstancias da materia. Fui como me ordenou, e lhe disse que cuidára bém e a mayor difficuldade que achaua para escrever a V. Magestade era a Religião, porque sem liberdade de consciencia para que os catholicos não fossem opprimidos, e a princesa tiuesse quem se atreuesse a ajudalla, seria tambem tratada como a Rainha presente, e prosegui, mostrando-lhe como sua coroa, nem a Religiam protestante, que elle tanto zellaua, não podião sustentar se de outro modo que unindosse com os catholicos de seu Reyno, e deixando os crescer. Aqui ouue occasião de argumentar da Religião, não obstante que eu fugia a tais argumentos, que elle e os mais sabem melhor que eu; comtudo com a modestia deuida o conuensy, de maneira que confessou muitas cousas, e logo quasy com scrupulo me disse que era muy firme na sua religião, a que respondi que eu o sabia muito bem, e todo o mundo.

«Larguissimamente falámos de muitas materias, em que com notauel afabelidade me honrrou infinito, tanto que chegou a diserme que eu o tinha encantado. Desta palaura usou, de uer como eu entendia as couzas deste Reyno. Isto disse a proposito dos meos que eu lhe apontey para se poder conseguir a liberdade dos catholicos, e distruição do parlamento.

«Finalmente no negocio principal se resolueo em diser que elle começaua a cuidar em casar o principe, e verdadeiramente lhe não lembraua princesa de Portugal, mas que o dito secretario lha lembrára, e que elle entendia que podia hauer de ambas as partes boas condições,

porem não liberdade de consciencia, mas somente alguns bons partidos, menores, com que não fossem tam perseguidos os catholicos, a quem elle não aborrecia, antes os amava; que elle queria escrever sobre este negocio á Rainha, e que eu escreuesse a V. Magestade. Esta mesma reposta me deu ultimamente o dito secretario Nicolao. O Conde d'Orset¹, camareiro mor de El Rey, de grande sua confiança, com quem corro, uindo me eu uisitar, e eu a elle, me disse de ambas as vezes, praticando uagamente, que o Principe de Orange queria cazar sua filha com o de Inglaterra, mas que El Rey de Inglaterra não queria com ele mais parentesco, porque nada fazia por El Rey; que tambem o Duque de Orliens pretendia o mesmo, mas que El Rey não queria, porque sua filha tinha muito mais idade que o principe. Destes dous sabia eu já. Aiuntou outro terceiro pretendente, que disse ser o Principe de Condé para hũa sua filha, e deste nada julgou, não fallou em negocio tocante a nós, nem eu a ele.

«Eu tenho esperanza, se V. Magestade tratar disto, de alcançar a liberdade para os catholicos, não publica, mas particular, para que em suas cazas tenham liure exercicio de Religião, o que bastará para conuerter este Reyno, e sera hũa grandissima cousa, se se puder lá chegar.

«Faça me V. Magestade mercê dar licença para que eu declare meu parecer, digo que na occasião presente se ha de alcançar nesta materia mais que em outra, e eu hey de alcançar mais que todos, por rasões muy largas para esta carta, que creçe mais do que permite o tempo. Alcançando-sse o sobredito, ou outra cousa que pareça bastante, porque sem hum bom melhoramento na Religião não ha que tratar disto, o casamento será muy importante a esse Reyno: 1.^a razão pello seruiço de Deus: 2.^a pella

¹ Dorset.

gloria que V. Magestade ganhará, alcançando na Religião o que não puderão El Rey de Castella no casamento que intentou, nem El Rey de França no que fez: 3.^a pello fauor de S. Santidade que V. Magestade ganhará: 4.^a pella amisade de El Rey, que mais ou menos dous annos ha de recuperar seu Reyno, contra El Rey de Castella: 5.^a pella mesma amisade contra os Olandeses, que assy terão mais respeito a V. Magestade: 6.^a para que as forças de V. Magestade seião mais consideraueis, não dependendo somente de El Rey de França, que tem seus poderes.

«A difficuldade está somente em que El Rey de Inglaterra fara isto só pera alcançar de V. Magestade em dote hũa grande assistencia contra o parlamento, e os negocios de V. Magestade não estão para tanto. A isto respondo, que deuemos uer o que pede, e pellas ditas considerações de utilidade fazer hum grande esforço, e para aquillo a que se não puder chegar, pedirá V. Magestade a S. Santidade hum succidio¹ ecclesiastico e ainda mais, que o mesmo Papa dee a V. Magestade hũa ajuda do seu dinheiro, que não pode negar para tal obra.

«V. Magestade sabe que Deus fundou esse Reyno para sy particularmente, e declarou que era para os portuezes estenderem sua fee. V. Magestade tem uisto e vee os milagres de sua restitução. Tudo isto se encaminha a grandes fins. Intente V. Magestade, conforme a seu animo, hũa accção em que se senão consegue, nada se perde, antes sempre se ganha a gloria de intentalla, e se se consegue, he utilissima para com Deus, e para com o mundo.

«Se V. Magestade não quiser tratar disto, facilmente podemos escusarnos com El Rey, disendo que V. Magestade não quer senão liberdade para os catholicos publicos,

¹ Êrro do copista. Deve ser *subsídio*.

a qual El Rey não dará ; porem se V. Magestade quiser, eu, pella noticia que tenho deste Reyno, enuiarey huns appontamentos das condições que se deuem pedir, assy para que o tocante á Religião tenha effeito, como para o gouerno da caza e bem da serenissima infante, os quais agora não enuio, tanto pella pressa, como porque não quero adiantar me tanto em materia, que poderá ser que não contente.

«Resta aduertir que o Principe de Inglaterra faz quinze annos de idade para Mayo, he de gentil disposição, e criase em grande odio contra os hereges de ceitas mais nouas que a protestante, e em boa afeição dos catholicos, porque vee que estes o seruem, e os outros querem aruinar a casa Real. Se este negocio se fizer, pode ser que se faça sem V. Magestade romper abertamente com o parlamento, a fim de conseruar o commercio. O dote não será todo a dinheiro, mas boa parte em mercadorias, e outras cousas, e finalmente tudo em modo que fique mais suave que for possiuel.

«O terceiro negocio desta carta he que como não perco occasião em procurar o mayor credito do seruiço de V. Magestade, me occorreo que assy como El Rey de Gram Bretanha quis tomar por mediator da paz com o parlamento a El Rey de França, e cuidou que detremina tomalo por fiador de ambas as partes em caso que haja concerto, que será bem difficultoso, seria credito do seruiço do V. Magestade que para o mesmo escolhesse a V. Magestade.

«Isto tentey com destreza, mas não quis empenharme, nem ainda descobri[r]me, porque em ambas as cousas reconheço dous inconuenientes, a saber ; no ser mediator. cuidou que o Parlamento fará tam pouco por essa mediação como fez pella de El Rey de França, com desautoridade de El Rey de França, e na França, no caso de paz, se pode dar occasião a tomar guerra sem proueito

contra quem faltar nos concertos, que sem duvida será o parlamento.

«Os Olandeses tem aqui tres embaxadores ha hum anno, pedindo como por amor de Deus que sejam admitidos a hũa ou outra cousa, e ambas as partes zombão delles, de modo que porfião rediculamente e não sey aonde está a sua politica; comtudo se V. Magestade achar que isto conuem a reputação de seus negocios, cuidoo que o poderey alcançar.

«E os inconuenientes apontados assim se podem euitar, usando de prudencia, conforme mostrarem as occasiões, porque pode uir tempo em que os que hoje não diffiriram a El Rey de França, diffirão a V. Magestade, por estarem mais enfadados da guerra, ou por outras causas que sobreueinhão, e no tocante a França, as condições e outras sercunstancias mostrarão o que se deue fazer, e hauendo duuidas de grande substancia, se podem comonicar com os embaxadores que V. Magestade terá em França, e Olanda, por que eu não fio tanto de mim.

«Sendo V. Magestade seruido de' intreuir em algũa couza disto, será necessário mandar me hũa patente, que não falle com pessoa algũa em particular, porque V. Magestade me dee poder para fazer em nome de V. Magestade o que parecer a V. Magestade, de modo que sirua esta patente como de carta de credito, e se parecer a V. Magestade, pode, alem de escreuer a El Rey de Gram Bretanha, escreuer tambem ao parlamento, mas são necessarias duas cartas, hũa para a casa dos Senhores, outra para a dos Comuns, com diuerços estillos, ambas em latim, começando a dos Senhores: *Joannes dei gratia ett.º consanguineis et dilectis nostris ducibus marchionibus, comitibus, vicecomitibus, baronibus, anglis illustribus salutem.* — E a dos Comuns: *Joannes ett.º dilectis nostris procuratoribus prouinciarum, ciuitatum, et oppidorum anglis nobilibus salutem.* — E no fim *Joannes Rex,*

e no meo da carta fazer de lhes chamar Parlamento, e deuem vir sem sobescrito, para que cá lho ponhamos como parecer, reconhecendo os ou não por parlamento, conforme pedir a occasião.

«Deste negocio trato pello dezejo que tenho de uer as couzas de V. Magestade, no grao que lhe é deuido, mas ainda que uenhão estes papeis, sempre serey de parecer que não deuemos mestorarnos nos embaraços destas gentes, sem euidente utilidade no credito, e fora de risco consideravel; nas ditas cartas, posto que seja parlamento, não se muda o estilo de chamar a huns e outros por *uós*,

«O quarto e ultimo negocio, he que sempre procurey occasião de ordenar com que El Rey da Gram Bretanha mandasse Embaxador a V. Magestade, como toquey na carta que escreui a V. Magestade em o primeiro de Mayo de 1644, e isto pella autoridade do seruiço de V. Magestade e inueja, por não diser raiua, de El Rey de Castella.

«O Conde Almirante mo lembrou algũas ueses, mas nunca achey occasião em que pudesse fallar nisto com decencia.

«Succederão estes tempos muitas materias em que grandemente serui a El Rey e a Rainha, com bonissimo sucesso, e tanto segredo e cautella que conseruo a boa graça do Parlamento, se bem custa alguns jantares e presentes. Disto está El Rey e a Rainha notauelmente agradecido, e em todas as occasiões que se offerecem, me fazem tantos faoures que eu procuro escusallos, por não dar sospeitas á parte contraria; e para que eu continuasse neste Reyno, me mandou a Rainha a carta que uay com esta, em que pede a V. Magestade que pois agora uou acabando tres annos de Residente, me deixe V. Magestade aqui com título de Embaxador; e isto com encarecimento, segundo me mandou diser, porque eu não ui a carta, nem me mandou copia.

«Eu não podia deixar de aceitar e aguardecer a merce que me fazia, e hindo a Oxfort, disse a El Rey como a Rainha me mandára a tal carta, e que não duuidaua que V. Magestade deffendesse¹ a ella, mas que a uerdade era que eu tinha algũa noticia atégora de que V. Magestade me queria mandar a certa parte, ou retirar para Portugal, e por bom modo lhe dey a entender que V. Magestade iulgaua que não era necessario ter aqui embaxador para negocios, e que para comprimento não hauia lugar, pois El Rey da Gram Bretanha o não tinha em Portugal, nem o mandára, hauendo V. Magestade mandado douís² e depois a mym.

«Respondeo que tinha faltado, mas não por falta do respeito deuido a V. Magestade, se não pellos seus embarços, que eu sabia, deste Reyno, mas que agora mandaria embaxador a V. Magestade, e assy o escreueria a V. Magestade, e iuntamente pediria o titulo de Embaxador para my, com o qual tambem eu ficaria mais capaz de tratar os negocios que se poderião offerer do bem de ambas as partes; e que por não dar V. Magestade nem elle sospeito ao parlamento de algũa cousa, lhe pareçera melhor mandar o embaxador depois de V. Magestade me dar este titulo, como que então o fazia somente por obrigação de cortesia, sem outra causa; e que entretanto buscasse eu mesmo a pessoa que me contentasse, em que concorrão tres qualidades, alem da nobresa do sangue, a saber que não seja parlamentario, não seja Castelhana, e que possa sustentar-se de sua fazenda, porque elle não estaua em tempo de lhe dar muito; com esta claresa me fallou, e que logo mandaria

¹ defferisse (?).

² D. Antão de Almada e o Dr. Francisco de Andrade Leitão em 1641.

quem eu achasse a proposito. Tudo isto escreue a V. Magestade por mayor na carta que vay com esta, e juntamente agradece as armas e monições.

«A Deus tomo por testemunha de que nisto meu principal e inteiro intento he só o seruico de V. Magestade, porem a uerdade que deuo fallar a V. Magestade não me deixa negar que em consequencia que estimarey o acrecentamento que daqui me vier, porque eu não somente não sou de pedra para deixar de o estimar, mas tambem tenho por opinião que não pode proceder bem quem não aspirar as honrras por meyos justos, isto me obriga a representar a V. Magestade que alem de que pella qualidade de meus avós he notorio se faço ou dou ventagem a outros Embaxadores que V. Magestade nomeou, a autoridade com que eu aqui me tenho tratado, supperior a todos os Embaxadores de principes, e particulares occasiões em que lustrey, parece que me fazem merecedor deste titulo. Agora estiué em Oxfort deoito dias, e porque o Embaxador de Castela se tinha uindo de lá na semana antecedente, com fama de miseruel, e actualmente estauão [e] estão lá os Embaxadores de Olanda na mesma opinião, e com rasão, eu tiue todos os deoito dias capitães e outros officiaes e fidalgos de El Rey que eu lhe dar esta ordem, porque há lá grandes faltas de dinheiro, de modo que fiz hũa ostentação afamada, de que El Rey me deu graças. Premita V. Magestade que eu conte estas cousas, que pois as não faço senão por amor de V. Magestade, me pago e animo só com V. Magestade as saber, e não com a aclamação que quando sahi de Oxfort me deu todo o pouo, enxendo a rua em que eu pouzaua em notauel concerto a despedida.

«O mayor salario de Embaxador não me uem em cousideração, em quanto tenho que gastar de meu, e no muito

que eu ategora gasteey sobre o que V. Magestade me faz mercê mandar dar, se tem bem uisto que só trato de honrra, que a não ser assy, muito mais útil me fora pedir a V. Magestade me fizesse mercê de me mandar hir, porque com isso poupára do qué tenho, e cobrára mais de uinte mil crusados em dinheiro que me retem os herdeiros de Manoel Gomes de Eluas, de hñas contas, que só he necessario estar eu dous ou tres meses em Lisboa. Finalmente fico buscando a pessoa que El Rey quer, e a qualidade mais difficultosa de achar he a de fazenda, pella miseria deste Reyno, em hñ em outro partido, porque ambos se roubão hum ao outro, é no qué a my toca, sempre seruirey a V. Magestade com o mesmo gosto, posto que faltando me esta honrra de V. Magestade, se deminuirá meu credito diante de El Rey, que he o inconueniente que sempre [vem] destas récomendações.

«Ennio com esta hña breue noticia do estado das cousas deste Reyno, para que V. Magestade a tenha em ordem a tomar resolução nos pontos de que assima trato.

«Se V. Magestade detreminar fazer algum negocio neste Reyno, será bom escreuer V. Magestade ao secretario de Estado Nicolao, e ao conde de Dorçet, em latim. O sobrescrito do primeiro ha de diser: *dilecto nostro præclaro viro Eduardo Nicolao æquiti aurato primostatus secretarius consanguineo et confederati nostri charrissimi* — O da segunda ha de diser: *consanguineo et dilecto nostro Eduardo comiti Dorcet, æquiti régis ordinis sancti Georgii à conciliis. status, et cobiculario maiori serinissimi Regis* ett.º como assima fica; agradecendo V. Magestade a ambos o fauor que me fazem. Se V. Magestade quiser mandar me para estes, ou para outros, algũa cousa, não he necessario que haja cheiros nem muitos doços, nem outra cousa de preço, senão bons presuntos da Beira, payos, chouriços, e queijos,

sendo bem frescais, de Alemtejo, porque isto he cá estimado e não o ha tam bom, e botijas de aseitonas boas, que esta gente não se corre com mais delicadas: muy poucas coizas de doces sobejão. Isto digo por diser tudo.

«Por outra uia escreuo a V. Magestade como em uerdade de hũa carta de recomendação que V. Magestade escreueo aos seus Embaxadores quando aqui estauão, a qual me ficon, em fauor de Inofre Aldriorgon, morador nessa cidade, sobre o officio de consul dos Ingreses, alcancey o dito officio para elle, ainda que ajudou a pertençaõ com hum donatiuo a El Rey da Gram Bretanha. Entregou se me a prouisão e carta de El Rey para V. Magestade, em que diz que o proueo por saber que era agradauel a V. Magestade. Tudo enuio a V. Magestade, para que V. Magestade lho faça entregar, para que elle conheça que deue o bom successo á intrecessão de V. Magestade; e pareceme que a noticia que V. Magestade lhe mandar dar disto, será a primeira que terá de como está prouido.

«Jorge Gage, de que assima trato, superior dos clerigos, me pedio que lembrasse a V. Magestade fizesse merce ao collegio que elles tem nessa cidade de lhe mandar nomear a pensão de que V. Magestade lhe fez mercê por intrecessão da Rainha de Inglaterra, e como elle mostra tambem animo na materia de que assima trato, não lhe pude negar fazer esta lembrança, em que tambem sey que concorre seruiço de Deus, pello pouco socorro que o collegio nestes tempos pode ter de cá»¹.

¹ Torre do Tombo, Livraria, Códice 1632 fol. 261.

Sousa de Macedo a El Rey

(?) Março de 1645

«Cuido que V. Magestade hauerá recebido hũa carta minha do ultimo de feureiro, que por tratar de quatro negocios muy importantes, enuiey por Manoel Gastão, pessoa de minha casa, em nauio que foi para o Porto; com tudo em hum q̃ esta para partir para Lisboa, por ser mais seguro, remeto segunda uia, e neste que uay tambem para o Porto digo só breuemente o que acreceo no segundo negocio dos quatro, sobre o casamento em que El Rey me ordenou escreuesse a V. Magestade do Principe seu filho com hũa das serenissimas Iffantes, que Deus guarde, filhas de V. Magestade.

«Primeiramente ainda que eu escreui a V. Magestade que entendera de El Rey que nunca concederia liberdade da Religião catholica, senão quando muito particular, comtudo as pessoas q̃ são terceiras neste negocio affirmão que ha de conceder liberdade publica, e assy o escreueo ao official mayor do secretario de estado Niculao, em carta que eu uy, mas sem embargo disto, duuido.

«Em segundo lugar sey q̃ a Rainha respondeo que o negocio em geral como se lhe propunha lhe parecia bem, e que quando se viesse a particularidades, diria o que lhe parecesse sobre ellas.

«Em 3.º digo que o dito secretario de estado me mandou dizer de sy mesmo, ou como de sy, que seria bom tornar eu a Osfort, e que falariamos mais adiante sobre a materia. Respondi que não tinha, nem hauia tempo para poder ter, repostas de V. Magestade, e sem ella não podia fallar como conuinha, e assy minha hida lá não serueria senão de dar algũa sospeita ao Parlamento, ou a outras pessoas.

«Em 4.º lugar aduirto que o Parlamento começa a

entrar em grande discordia com os Escocezes, dos quais ate gora tinha a mayor ajuda, e no mesmo Parlamento creçe a diuisão, e o pouo, enfadado da guerra, falla ja aqui em fauor de El Rey. O que tudo se encaminha a adiantar seu partido, de que nacerá hũa de duas couzas, ou que elle uencedor sem casamento (se bem isto será difficil) não tratará delle com tam boas conciderações, ou que acordando-sse com V. Magestade, poderá melhor fazer o que quizer, (e isto faz mais a nosso caso).

«Finalmente tenho já alcançado que El Rey, não sem bons fundamentos, sospeita que o Pappa, (cujo hé o direito dominio de Irlanda), e El Rey de Castella vão ordenando como Irlanda se entregue a El Rey de Castella. Em ajuda desta sospeita faz o que o embaxador Ingres escreueo de Madrid ja ha mezes, de que auisey a V. Magestade em carta de 13 de dezembro passado, duplicada por duas uias, e os socorros de dinheiro e armas que El Rey de Castella manda por uezes aos Irlandezes, que naturalmente lhe são affeioados, e os agentes que o Pappa tem entre elles. Se Inglaterra estiuera florente ¹, fora muito bom que El Rey de Castella por este modo se metesse com ella em guerras, mas, no estado das couzas, sahira com se fazer Rey de Irlanda pacifico, porque hoje nem El Rey de Gram Bretanha nem o Parlamento lhe podem fazer mal, nem outrosy pode hauer esperanças que em muitos annos lho fação, aquietandosse aqui, por quanto os Parlamentarios he certo que, por governarem, nunca se concertarão com El Rey de Inglaterra, e elle nem se concertará na forma que elles querem, nem pode ser uencido, nem uençer, faltando lhe Irlanda, onde tem toda a esperanza, como logo direy, e El Rey de França não a pode impedir, e se o quisera fazer, se diuirtirá das outras guerras, o que nos fora igual dano, e sendo

¹ Deve ser *florescente*.

El Rey de Castella senhor de Irlanda, será muy prejudicial a Portugal, pella muita gente que de lá pode tirar e grandes armadas que lá pode fazer, pois Irlanda he grande Reyno, de muita gente, muy abundante de mantimentos, infinitas madeiras e excelentes portos, e se até gora não usauão disto os Irlandezes, era porque os ingrezes por temor lhes tinhão prohibido por ley fabricarem náos e aynda ter armas. El Rey de Inglaterra, para se preuenir contra isto, não acha mais que hum remedio, e he fazer Viso Rey de Irlanda com hum conselho o duque de Jorçb¹ seu filho 2.º, de idade de noue ou doze annos, e conceder aos Irlandezes a liberdade da Religião Catholica que dezejão, e logo fazer uir hum exercito delles em seu fauor a Inglaterra, o qual, tendo o nosso negocio effeito, ha de ser gram parte para se conseguir aqui a mesma liberdade de Religião, porem nem tem possebilidade para assentar lá casa a seu filho, nem se atreue a conceder em Irlanda a liberdade de Religião, sem ter cabedal para logo fazer uir exercito de Irlandezes, que o ajudem contra as mormurações que seus inimigos aqui farão delle pella tal concessão, e assy, para poder hũa e outra couza, procura achar ajuda do dote do casamento do príncipe; conforme nisto, uerá V. Magestade que não somente pareça este negocio glorioso por Deus e proueitoso por razões remotas, mas tambem quasy necessario por atalhar o nouo poder do inimigo, e tambem seruirá muito para as pertencões de V. Magestade em Roma, a que he força que o Pappa deffira bem com esta occazião.

«Tenho escrito a V. Magestade que El Rey de Inglaterra se leua a isto, cuidando alcançar hum dote grande, e que para elle pode V. Magestade pedir ajuda ao Pappa;

¹ York.

que a não deue negar até do seu mesmo direito ¹; e será forçado a deixar o intento, se o tem, de entregar Irlanda a El Rey de Castella, pois El Rey de Inglaterra dará áquelle Reyno liberdade de consciencia, que he o que El Rey de Castella pode fazer, è alem disto, quando não dee a mesma em Inglaterra, pello menos melhorará muito nella a religiam, o que El Rey de Castella não pode fazer. Tambem escreuy a V. Magestade que parte do dote se pode dar em armas e mercadorias.

«Quando este negocio esteja em termos, se deue comunicar a El Rey de França, tanto por conseruar com elle a boa correspondencia deuida, como por que uejamos se quer assistir tambem com algũa couza, em razão não só da religião, mas de interesse que tera com El Rey de Inglaterra estar bem unido com V. Magestade; e sempre será bem que intreenha no contrato, para que elle com sua intreenção se execute melhor. Ha só duuida nisto, que sabendosse em França a boa condição que El Rey offereçe, quererão alguns, principalmente o Duque de Orlens, tomala antes para casar aqui sua filha. Mas a isto atalharão em quanto puderem os catholicos deste Reyno, que hão de concorrer com algum dinheiro, porque não julgão que para elles será de effeito, principalmente dizendo que os francezes não tem zello, e tambem os melhores Estadistas de França entendem que não lhes he de proueito antes de dano ter aqui Rainha francesa, porque o odio natural entre elles duas nações não permite amisade estreita, e os que dezejão embrulhar entre hũa e outra, uzam da agencia e autoridade da Rainha de aqui para fazer faccaões (*sic.*) em França.

«Isto he o que se me offereçe que dizer neste ponto, só para dar como deuo noticia de tudo o que ha delle; e da sospeita de Irlanda não sabe mais que El Rey e

¹ dinheiro (₣).

tres até quatro pessoas mais intimas suas, com duas das quais corre com grande confiança. V. Magestade o considerará melhor.

No tocante a liberdade do Senhor Iffante Dom Duarte, não ha de nouo que auizar, porque se bem cuida que já hoje estara em Madrid Felis Olanda tratando com o Embaxador deste Reyno do negocio, não escreueo ainda senão da raya de França, e assy não sabemos o que passa lá» ¹.

¹ Torre do Tombo, Livraria, Códice 1632, fol. 259.

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

2

Separata do «Boletim da Segunda Classe», Vol. I

O

DR. ANTÓNIO DE SOUSA DE MACEDO

RESIDENTE DE PORTUGAL EM LONDRES

(1642-1646)

POR

EDGAR PRESTAGE



ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Rua do Arco a Jesus, 113

1916

To) Prof. H. Mac Stephens
from
Egmont Prestage
(11 Travessa St. Catharina, Lisbon)

O DOUTOR ANTÓNIO DE SOUSA DE MACEDO

RESIDENTE DE PORTUGAL EM LONDRES

(1642-1646)

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Separata do «Boletim da Segunda Classe», Vol. X

O

DR. ANTÓNIO DE SOUSA DE MACEDO

RESIDENTE DE PORTUGAL EM LONDRES

(1642-1646)

POR

EDGAR PRESTAGE



ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Rua do Arco a Jesus, 113

1916

COIMBRA — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE — 1916

UNIV. OF
CALIFORNIA



Pint. A. Pereira

Grav. J. Grillaud

D.º ANTONIO DE SOUSA DE MACEDO

O DR. ANTONIO DE SOUSA DE MACEDO,
RESIDENTE DE PORTUGAL EM LONDRES
(1642-1648)

NOTA PRELIMINAR

Na primavera de 1915 dei noticia á Academia de alguns documentos existentes no Record Office de Londres ¹ que esclarecem o papel de Sousa de Macedo durante a sua residência em Inglaterra; e tomei o compromisso de acrescentar e completar as informações que ministram, com o auxilio de sua correspondência epistolar com o Conde da Vidigueira, embaixador português em Paris. Tal é a origem do estudo que segue. As referidas cartas encontram-se no códice $\frac{CVI}{2-8}$ da Bibliotéca de Évora, grosso in-fólio de 643 fôlhas escritas e mais algumas em branco, com encadernação de carneira do periodo, que pertence à colecção da correspondência diplomática do Conde com o govêrno português e com os ministros em várias côrtes, de que uma parte está em Évora, e outra parte na Bibliotéca Nacional de Lisboa. As primeiras oito folhas trazem umas memórias das conferências que teve António Moniz de Carvalho, residente em Paris, em 1648; da fôlha 9 a 419 vem as cartas de Sousa de Macedo, e da fôlha 420 até o fim as cartas dirigidas ao Conde por João de Guimarães, de Estocholm ², nos anos de 1643 a 1649. As cartas de

¹ Publico dois no fim.

² Guimarães não põe o o final, que é corrente agora.

Sousa de Macedo montam a 195 e abrangem todo o tempo da sua residência. A primeira por ordem cronológica¹ é datada de Londres em 1 de agosto de 1642 e a penúltima, com a data de 27 de abril de 1646, é escrita de Dover nas vésperas de sua partida para Portugal. A última é muito posterior, sendo de 15 de setembro de 1648, quando o autor já estava em Lisboa.

Estas cartas são todas originais, sendo assinadas por Sousa de Macedo, embora o maior número delas sejam escritas por um secretário qualquer; mas bastantes aparecem em parte ou por inteiro na letra trémula do Residente. A ter nascido em 1606, como indica Barbosa Machado, ele teria só 36 anos quando começava esta correspondência, mas a caligrafia cansada é a dum velho, o que se deve atribuir ao uso constante da pena na aprendizagem para os officios de Desembargador de Agravos na Casa da Suplicação, Conselheiro de Fazenda e Juiz das Justificações, os quais exercitava «com summa rectidão, sem escandalo da clemência», segundo diz o benemérito abade de Santo Adrião de Sever. As cartas contêm muita cifra, que vem decifrada à margem, ou em fôlha separada, naturalmente por um dos secretários do Conde. Nos trechos que copio, sigo a ortografia original, mas desdubro as abreviaturas para facilitar a leitura.

¹ No códice as cartas não vêm por ordem de data, mas esta é indicada no admirável *Catálogo dos manuscritos da biblioteca de Évora*, de Rivara, tom. III, pág. 320. Na lista há alguns equívocos, e erros tipográficos.

Primeiras embaixadas em seguida à Restauração

Um dos primeiros cuidados de D. João IV, depois de restituído ao trôno de seus avós, foi o de procurar que os outros monarcas reconhecessem o seu título, em que ia a independência do país, e de reatar as relações directas entre Portugal e as nações estrangeiras, que tinham sido interrompidas durante os sessenta anos da dominação dos Filipes. Com este fim mandou os seus embaixadores às Córtes mais poderosas da Europa, às de Roma, França, Inglaterra, Suécia, Dinamarca e Holanda. A Polónia foi omitida, sem dúvida porque em razão de sua posição geográfica e da distância em que ficava de Portugal, tinha para este pouca importância. Também não se mandou ao Imperador, por elle ser tão hostil como a própria Castela. Pensou-se em enviar embaixador a Veneza e Frei Diniz de Lencastre estava nomeado para ir, mas não foi; talvez porque embora soubessem da escolha, os embaixadores da República em Paris e Londres faltaram com as cortesias devidas aos representantes de D. João IV, alegando entre outras desculpas que esperavam pela resolução do Papa. Sobre isto Sousa de Macedo lembra que a matéria não é de fé, e que «ainda nestas não foram tão humildes como S. Francisco». Acrescenta que o embaixador em Londres é finis-

simo Castelhana¹, e aí batia no ponto. A influência de Castela fazia-se sentir em toda a parte, e sobretudo na Itália. Na própria França havia um forte partido Castelhana e em Inglaterra outro, que dava cuidado a Sousa de Macedo, como veremos adiante.

Embaixada a Inglaterra

Da embaixada a Inglaterra foram encarregados D. Antão de Almada e o Dr. Francisco de Andrade Leitão, dando-se-lhes por secretário Sousa de Macedo. A relação pormenorizada do que fizeram será referida numa das publicações da série das primeiras embaixadas do reinado de D. João IV, iniciada pelo meu illustre amigo o General Bocage e por mim. Aqui basta dizer que não obstante a opposição do embaixador de Castela, os diplomatas portugueses foram recebidos pelo Rei Carlos I, e que um Tratado de paz e comércio com 21 artigos se assinou entre os dois países em 29 de janeiro de 1642. Cumprida assim a missão, Andrade Leitão, que fôra nomeado embaixador extraordinário junto aos Estados Gerais, passou à Hollanda em abril, enquanto D. Antão de Almada voltou a Portugal nos fins de Julho num navio de marinha real inglesa², ficando Sousa de Macedo em Londres, encarregado de velar pelos interesses do seu país com o título de Residente.

Como já disse, a sua correspondencia com o Conde da Vidigueira começa em 1 de agosto³. Acabava de voltar

¹ Cartas de 2 e 16 de outubro de 1642, fols. 167 e 170 do Códice de Évora.

² Vide *State Papers Calendar*, 1642, fol. 491, n.º 22. Instrukções do Almirante Mór, Conde de Northumberland, ao capitão Roberto Slingsby do navio *Garland* para levar a Lisboa D. Antão de Almada e trazer a Inglaterra a mulher de Sousa de Macedo.

³ Códice de Évora, fol. 9.

das Dunas aonde tinha acompanhado o embaixador, que partiu no dia de S. Tiago, com o filho e o neto, chegando a Lisboa no dia 16¹.

Corria o boato de que estes tinham casado em Inglaterra, mas em outra carta Sousa Macedo põe as cousas em seu lugar. «A fama dos casamentos do filho e netto do Sr. D. Antão d'Almada naceo de que levou elle com sigo tres damas, pessoas principais, para serem freiras no mosteiro das Ingrezinhas, e para poderem ir, fora necessario dizer que yam casadas com Portugueses; e porque elle as tratava com cortesia, desiam os que o viam que eram suas noras; e elle e seus filhos riam com isto. As ingresas tem tal conceito do aperto que em Portugal sofrem as molheres, que difficultoso sera a hum Portuguez achar aqui quem o queira por marido; por amigos os querem muitas»².

No século xvii uma das principais funções dum diplomata era a de coligir e transmitir as noticias dos acontecimentos, porque os jornais, ou gazetas, como então se chamavam, eram mal informados por via de regra, e até «fabulosos», como faz notar Sousa de Macedo. Desculpando-se este uma vez com o Conde por lhe mandar as noticias tarde, diz que quando o avisa de um successo é bem examinado, e queixa-se das difficuldades de apurar a verdade. Ainda na citada carta de 1 de agosto começa a sua tarefa de jornalista.

Refere o que tem ouvido àcerca dos progressos da guerra em Portugal, e como lial subdito, interessado no bem estar do soberano, acrescenta a informação doméstica: «Sua Majestade ficava em a quinta de Alcantara: avia-se purgado com bom successo, e dizem que temos esperanças de hum Infante». Do outro lado dá as noti-

¹ Códice de Évora, carta de 9 de outubro, fol. 33.

² Idem, carta de 4 de setembro, fol. 34.

cias de Inglaterra, fazendo uma profecia que abona o seu bom juízo: «Neste Reyno está El Rey com o Parlamento sempre em hum estado, e nunca sahirão deste embarço, porque, segundo a fleima Ingresa, não chegam jamais a concluir nada».

A guerra civil

A guerra civil já tinha começado. A primeira escaramuça deu-se em Manchester aos 15 de julho, e aos 22 de agosto o Rei içou a sua bandeira em Nottingham. Portanto a residência de Sousa de Macedo coincidia com um dos períodos mais movimentados da história inglesa, e visto que elle tomou parte activa na política interna, e que as suas cartas, algumas das quais tenciono trasladar, são um espelho fidedigno das desordens do tempo, cumpre-me indicar, embora com brevidade, as origens do conflito.

Durante o govêrno despótico dos *Tudors*, o Parlamento perdera de todo a sua antiga autoridade, mas no reinado do pacífico Jaime I começou a reagir. O movimento democrático já era forte quando seu filho Carlos I subiu ao trôno; e este, logo que viu por experiência que a Câmara dos Comuns pensava mais em fazer cumprir as leis penais contra os Católicos que em votar dinheiro para as necessidades da administração, resolveu despensar o seu auxilio, seguindo o exemplo de Richelieu, e de 1629 em diante governou como Rei absoluto. Apoiava-se no direito divino dos monarcas (*per me Reges regnant*), mas infelizmente faltava-lhe o pulso do Cardeal e a desculpa, que em França se podia alegar, da necessidade duma política centralizadora em face da fidalguia turbulenta. Em todo o caso Carlos podia aduzir argumentos fortes em defesa da sua ideia, e talvez tivesse vencido, se não fôsse a falta de recursos. Para que elle governasse sem convocar o Parlamento, era preciso que poupasse nas

despesas, mas aconteceu que tinha uma ambiciosa política externa, a qual, junto com a diminuição no valor da moeda, lhe augmentava cada anno mais o deficit. Procurou vários meios de occorrer ás suas necessidades pecuniárias, tais como os monopólios e o *Ship-money*, mas a resistência cresceu, e o Rei não pôde vencê-la, por não possuir, como possuia Luís XIII, um exército permanente.

Comtudo a divergência mais profunda entre Carlos e o Parlamento surgiu sôbre a religião. A separação da Inglaterra da Igreja Católica tinha sido imposta àquêlê país por Henrique VIII contra a vontade da enorme maioria da população, que fôra coagida por medidas quási tão ferozes como as de que se serviam os Imperadores romanos para estrangular a Igreja nascente. No reinado dêste homem sanguinário e no de sua impúdica filha Isabel, as multas, as confiscações e os suplícios tornavam cada vez mais difficil e custosa a profissão da fé Católica, que por mais de mil anos tinha sido a glória dos ingleses. A procissão dos martirizados começou com More, o grande chanceler, e com Fisher, o santo bispo de Rochester, e foi um nunca acabar.

A maioria da nação conformou-se com a nova religião para salvar vida e haveres, emquanto uma parte importante da burguezia, sobretudo da capital, levada pelos pregadores vindos do estrangeiro, abandonou o Catholicismo, acceitando, não o Anglicanismo, *via media* entre Roma e Genebra, mas o Calvinismo.

Eram êstes os Puritanos, que logo se dividiram em seitas, geralmente tão efémeras como fantásticas, e inspirados de fanatismo, fundado na ignorância, concebiam um ódio mortal, tanto á religião do estado, como á dos seus antepassados. Os Puritanos vieram a ser os piores inimigos do Rei, Anglicano sincero, e os principais fautores de sua deposição e de sua morte. A política de obrigar a todos a assistir aos officios da Igreja Anglicana,

que Carlos herdára dos seus antecessores, levou estes Protestantes exaltados a pôr-se em opposição aberta á corôa. Faziam uma propaganda intensa em favor da liberdade religiosa, e ao mesmo tempo pediam a fiscalização parlamentar. Foi um passo hábil, porque assim ganharam o apoio dos homens moderados, que se opunham à autocracia e que nunca imaginaram que este movimento conduziria á anarquia e a uma tirania militar com o nome de República, a que veio pôr termo a Restauração. O casamento do Rei com a princesa Católica francesa Henriqueta Maria, os privilégios religiosos que lhe foram assegurados, e os favores dispensados aos Católicos, desagradaram profundamente aos Puritanos, os quaes desconfiavam que o Rei e Laud, Arcebispo de Canterbury, queriam sujeitar o país outra vez à autoridade do Papa. Tal receio, embora sem fundamento, bastava para augmentar a hostilidade deles contra o governo.

Em 1639 os Escoceses, aliados dos Puritanos, revoltavam-se, pedindo um Parlamento livre, e Carlos não teve remédio senão ceder, pois nem entre os fidalgos encontrava defensores. O primeiro acto do *Long Parliament*¹, aberto em 3 de novembro de 1640, foi o de processar os principais instrumentos do absolutismo.

As ameaças da população de Londres obrigaram o Rei a consentir na morte de Strafford, um deles, e várias leis tendentes a limitar as prerogativas régias foram votadas. Nestas medidas a Câmara dos Comuns foi quasi unânime. A scisão deu-se na questão religiosa. Por motivos tanto políticos como eclesiásticos, os Puritanos desejavam diminuir os poderes dos bispos, e em fim votaram uma lei pela qual estes ficaram suprimidos. Depois redigiram um papel intitulado *Grand Remonstrance*, em que alegavam que os males do reinado provinham dos «Papis-

¹ Assim chamado por ter durado tantos anos.

tas, dos Bispos e dos maus Conselheiros», e mandando-o imprimir e distribuir, apelavam para a nação contra a corôa. Chegou a correr o boato de que a Câmara dos Comuns tencionava processar a própria Rainha. Para evitar tal desacato, o Rei do seu lado mandou processar cinco deputados principais, acusando-os de ter insubordinado o exército, de ter animado os Escoceses a invadir Inglaterra e de ter planeado uma revolta militar; acusações que eram bem fundadas. Já a Câmara dos Comuns se arrogava poderes tão anti-constitucionais como os de que o Rei tinha gozado, e procedia arbitrariamente e tiranicamente, o que deu origem a uma reacção. Daqui em diante os Rialistas ficavam sendo os verdadeiros conservadores, os outros nem mais nem menos que revolucionários.

A partir deste momento a guerra tornou-se inevitável. Em fevereiro de 1642 a Rainha passou à Holanda, levando consigo as joias da corôa para comprar armas. Em Maio o Parlamento enviou ao Rei as suas últimas reclamações nas *Nineteen Propositions*. Estas eram tão radicais, que a serem concedidas, a soberania passaria das mãos dos monarca para a assembleia popular. Carlos não pôde aceitá-las, nem lh'o consentiria o partido Rialista; recusou, e saiu de Londres, para voltar só passados nove annos, prêso.

Richelieu tinha conseguido reduzir à obediência os súbditos rebeldes por meio dum exército; e a fim de poder organizar tal força, Carlos procurava auxílio no estrangeiro. O éxito foi pequeno, pois o seu génio irresoluto tinha feito má impressão por toda a parte. Os Estados da Holanda simpatizavam como o Parlamento, e a França era-lhe abertamente hostil, apesar de Henriqueta Maria ser irmã de Luis XIII. O Cardeal não se esquecera do apoio dado por Carlos aos Ugonotes e congratulava-se com o conflito aberto entre o Rei e o Parlamento, que tornaria impossível por muitos annos a ingerência da Ingla-

terra na política Europea. Depois da morte de Richelieu, o seu successor Mazarin, alarmado pelas vitórias do Parlamento, mandou Montreuil a Londres para negociar a paz, mas a missão falhou, porque os chefes dos Puritanos não quizeram abaixar as suas pretensões, e o Cardeal não estava disposto a intervir pelas armas.

Não é meu propósito referir os successos da guerra, nem mesmo de trasladar as notícias que dela dá Sousa de Macedo, por ser história sabida de todos. Felizmente elle não assistiu á tragédia de 30 de janeiro de 1649, que causou tão profunda impressão em toda a Europa e que ainda é lembrada com horror. A paciência e resignação de que o Rei deu provas durante o seu cativeiro, e a nobreza da sua attitude no cadafalso, redimiram as suas culpas e ficaram lendárias. Construíram-se igrejas dedicadas a elle ¹, a sua memória ainda é venerada de muitos, ao passo que todos admiram a sua bela figura de cavaleiro nos quadros de Van Dyck. Lembro-me que em rapaz, quando ainda eu não era Católico, nós guardavamos o dia da sua morte, assim como celebravamos o dia em que Carlos II se salvou dos seus perseguidores, refugiado entre as fôlhas do carvalho de Boscobel, depois da batalha de Worcester. Ao mesmo tempo detestavamos Cromwell ² e os regicidas ³.

¹ Por exemplo a de *King Charles the Martyr* em Tonbridge Wells, que conheço bem.

² Talvez o melhor acto d'este homem de ferro fôsse a expulsão dos deputados da Câmara dos Comuns em 25 de março de 1652, pois o *Long Parliament* tinha praticado todas as violências e todas as vilanias. Apesar dos protestos dos Irlandeses, que ainda hoje falam do «curse of Cromwell», um ministro Liberal em nossos dias, com absoluta falta de lógica, fez erigir uma estátua do ditador no próprio edificio que elle fechou.

³ Um meu antepassado, que então era o chefe da família, tomou parte na guerra civil, ao lado do seu Rei.

Volto agora a Sousa de Macedo. O governo português não podia deixar de simpatizar com o Rei de Inglaterra, visto que o Parlamento tinha tomado uma atitude declaradamente anti-monárquica e anti-católica. É verdade que Portugal se dizia neutral¹, mas apesar disto, D. João IV auxiliou quanto pôde ao monarca irmão, que pugnava pelos princípios de auctoridade e de ordem.

Nisto deu um exemplo às outras potencias, que a ser seguido, teria poupado muitas desgraças a todo o mundo, e especialmente à França, pois os Enciclopedistas do século XVIII, que inspiraram a Revolução de 1789, iam beber muitas das suas doutrinas nos publicistas ingleses do século anterior, ao passo que o julgamento de Carlos I servia de precedente para o de Luis XVI.

Sousa de Macedo acompanhava gostosamente as ideias e a política do seu soberano, embora no princípio da guerra estivesse em boas relações com o Parlamento, que até lhe despendeu favores².

D. João IV oferece armas e munições a Carlos I

Em dezembro de 1642 o Residente foi visitar o Rei de Inglaterra e numa carta de 8 de janeiro de 1643 informa que este deseja que D. João IV compre armas como se fôsem para si e que depois lh'as ceda; sendo preciso este ardil para evitar que o Parlamento soubesse da operação e a impedisse³.

Talvez por achar perigosa a satisfação do pedido, Sousa de Macedo, para o desviar, fez reparos ao segredo. Responderam-lhe que para o conservar, podia D. João IV

¹ Códice de Évora, fol. 338.

² Idem, cartas de 12 de fevereiro e 18 de junho de 1643, fols. 74 e 118.

³ Idem, fol. 57.

adquirir as armas em alguma parte do norte para as levar a Portugal, e com pretexto de carregar alguma outra cousa, passar o navio pelo porto que o Rei de Inglaterra havia de designar. Lá ficaria embargado, do que o Residente se queixaria, e o Rei lhe daria todã a satisfação de dinheiro e crédito. A isto respondeu Sousa de Macedo com toda a correcção que avisaria a D. João IV, o que fez sem demora, por saber que pelo mesmo tempo da parte do Rei de Castela se estava oferecendo dinheiro. De modo nenhum convinha aos interesses de Portugal que Carlos I ficasse devendo mais favores aos castelhanos, portanto o Residente, embora não o dissesse ao secretário do Rei, favorecia a proposta, «entendendo que o custo seria de menos de vinte mil cruzados» ¹.

Em 21 de maio o Rei mandou-lhe propor outro plano para a aquisição de armas, de que Sousa de Macedo se escusou, por ainda não ter recebido instruções ².

Em 25 de junho participa êle ao Conde da Vidigueira ter chegado de Portugal um Pero de Lemos, enviado por D. João IV a Holanda para comprar armas e munições com pressa, e desconfia que estas se destinem ao Rei de Inglaterra ³. Nos princípios de julho soube por intermédio de Andrade Leitão que tinha razão, pois êste mandou-lhe uma carta de D. João IV com instruções para entender-se com o Rei sobre o negócio, sem contudo tomar dinheiro. As armas e munições eram um presente ⁴.

A fim de poder ir a Oxford, onde Carlos estava, o Residente pediu à Câmara dos Comuns um passaporte; concederam-lhe, mas com duas cláusulas desacostumadas e quasi afrontosas.

¹ Códice de Évora, carta de 22 de janeiro, fol. 64.

² Idem, fol. 109.

³ Idem, fol. 120.

⁴ Vide cartas de 1 e 9 de julho, fols. 122 e 134.

O documento dava licença a Sousa de Macedo, ao intérprete Felix Holanda ¹, a seis criados, que lá se nomeiam, todos portugueses, com um coche e seis cavalos, cocheiro e postilhão e três cavalos de sela, para passar de Londres a Oxford e não mais diante, e dali para tornar a Londres outra vez, *contanto que tenhais cuidado que nada seja levado por elles que seja prejudicial ao Estado* ².

O Residente não quiz aceitar este passaporte, em razão das palavras que sublinho, e devolveu-o com uma carta em latim, pedindo outro. Não foi atendido, mas em fim conseguiu o que desejava da Câmara dos Pares.

Na carta de 23 de julho descreve a recepção amigável que teve na capital Rialista:

«Com notaveis agasalhos e cortesias fui tratado em Oxford. Dei a ElRey o pesame da morte do Christianismo em audiencia publica; depois passeando em hum jardim, tive outra particular, em que por espaço de mea hora me fallou Sua Magestade em muitas cousas com grande affabilidade em frances, mostrando muita affeição e amizade a ElRey nosso Senhor. O Secretario de Estado Nicolas se queixou dos Castelhanos averem em Flandres desembargado as armas que escrevi a V. Ex.^a que lá estavam embargadas, vindas para o Parlamento, tendo D. Francisco de Melo prometido a El Rei que as não deixaria vir, sobre que fizemos hum discurso da amizade dos Castelhanos. Assentou-se que as nossas munições e armas vão a Fãmua ³, porto ultimo de Inglaterra indo

¹ Este homem tinha nascido em Portugal. O pai era inglês, a mãe portuguesa.

² Códice de Évora, fol. 127. O passaporte, cuja versão portuguesa vem transcrita no códice, é datado de 1 de julho e assinado pelo *Speaker* Lenthall.

³ Falmouth.

para Portugal, o qual está por El Rey de Inglaterra, e la dá a ordem necessaria ¹».

Assim tudo ficou combinado e as armas puzeram-se a bordo dum navio holandez, mas à última hora o capitão recusou tocar em Inglaterra e levou o carregamento a Lisboa.

Felizmente o Rei Carlos já não tinha tanta necessidade delas, mas o que se deve sentir muito, comenta Sousa de Macedo, é que ou ele dirá que os ministros portuguezes não souberam encaminhar o negócio, ou que D. João IV o quiz enganar. O único remédio que o Residente encontrou foi avisar o Rei que poderia ordenar aos navios de guerra que estavam na saída do Canal que vigiassem o navio holandez e tomassem as armas que fossem precisas ².

Depois soube que o fracasso não foi causado pelo descuido de Andrade Leitão, como o Rei julgava.

«Folgo de entender que o negocio de Pero de Lemos se perdeu por medo, porque eu o cuidava assi, pella experiencia que aqy alcancei dos receos daquelle fidalgo; o qual ainda na occasião em que soube que eu me defendera por me não visitarem a casa ³, me escreveu que era bom viver eu com quietação e não me meter em historias; e eu assi desejo, mas não consentirei que me entre em casa canalha, e depois queixar-me sem fruto, com perda de reputação e fazenda» ⁴.

Durante a sua estada em Oxford, Sousa de Macedo tinha observado as simpatias castelhanas de alguns magnates ingleses, de maneira que «convem cada dia mais fazermos o que pudermos». Andrade Leitão disse que estava buscando remédio ao negócio, mas o Residente

¹ Códice de Évora, fol. 126 v.º.

² Idem, cartas de 5 e 10 de setembro de 1643, fols. 149 e 155.

³ Adiante referirei este caso.

⁴ Idem, fol. 156.

não confiava muito na energia do embaixador de Holanda, que era mais literato que homem de acção, portanto pediu ao Conde da Vidigueira que se empenhasse na matéria ¹.

Mas desta vez Andrade Leitão não se deixou enganar, e nos princípios de novembro pôde informar que até 10 do mês teria prestes «as mercadorias», que desejava entregar ao ministro do Rei Carlos, para que o risco corresse por sua conta. «Assi me parece bem por todas as razões e pello segredo», comenta Sousa de Macedo, «mas porque verdadeiramente a amizade ficava mais generosa, aperfeiçoando-se a obra, sou de opinião que para remedear o que falta, se faça o gasto de frete, porque esse he o intento do dono de tudo ²; e juntamente o Dr. Francisco de Andrade com as ditas mercadorias escreva a El Rei de Inglaterra para que pareça que intervem em tudo, e que somente se val do criado por seguir sua ordem; e logo que ao criado estiver entregue, he necessario pedir-lhe huma carta para seu amo em que diga como está entregue, para asim ficarmos desobrigados» ³.

Pouco depois o Residente lembrou a Andrade Leitão, que não havendo outro caminho, as armas e munições fôsem levadas a S. Malo, ou outro porto de França perto dos que possuia o Rei, porque dêle poderia Carlos I, ou os portuguezes, passá-las fácilmente. Para evitar suspeitas, Andrade Leitão podia dizer que eram para franceses e destinadas a Portugal. «Tudo isto faço, porque he vergonha que não podemos o que pode o Duque de Vendome ⁴, mas torno a dizer que o melhor he descarregar tudo sobre o criado e cobrar escrito» ⁵.

¹ Códice de Évora, carta de 25 de setembro de 1643, fol. 157.

² El-Rei D. João IV.

³ Códice de Évora, carta de 5 de novembro de 1643, fol. 180 v.º.

⁴ O Duque tinha mandado ao Rei de Inglaterra armas para 2.000 homens.

⁵ Códice de Évora, carta de 4 de dezembro de 1643, fol. 146.

É de presumir que Andrade Leitão tivesse de vencer não poucos obstáculos nesta empresa. Como já disse, as simpatias dos holandeses eram pelo Parlamento, e Lord Goring, que fôra mandado para lá por êste tempo, não pôde negociar cousa alguma, ao passo que em Flandres, país sujeito ao Rei de Castela, achava boas vontades e deu ordem para a compra de 18.000 armas ¹.

Emfim, depois de muitos meses de trabalho, uma parte do presente de D. João IV chegou ao seu destino, não sei por qual caminho, e em 3 de junho de 1644, de volta duma visita ao exército de Carlos I, Sousa de Macedo participa o seguinte: «Tratando de nossos negocios, veio me logo ver o Secretário de Estado Nicholas, com grandes agradecimentos das armas e munições: fallei a El Rei largamente, passeando em hum campo e me deu outros tantos, com notaveis demonstrações, encomendando a metade que falta» ².

Em 14 de julho teve carta de Andrade Leitão em que o embaixador informa que sabe que «as ultimas fazendas» de Pero de Lemos chegaram a salvamento ao lugar ordenado ³.

Faltam os elementos para avaliar êste serviço à causa Realista, pois as cartas não declaram nem a quantidade nem o custo das armas e munições, mas por grande que fôsse, Sousa de Macedo, devidamente auctorizado por seu governo, obsequiava ao Rei Carlos numa matéria bem mais importante.

¹ Códice de Évora, carta de 21 de janeiro de 1644, fol. 192.

² Idem, fol. 277.

³ Idem, fol. 303.

Sousa de Macedo Intermediário da correspondência régia

Na carta de 22 de janeiro de 1643 avisa ao Conde da Vidigueira dum novo pedido, servindo-se da cifra:

«El Rey de Inglaterra me mandou dizer que por quanto de aqui não lhe hião cartas seguras, mandava recorrer a mim para que lhas mandasse por hum meu criado, como que hia a negocio meu; negando eu isto, era certo o agravo em El Rey de Inglaterra, e concedendo-o, duvidoso o dano, pello que, antepondo o certo ao duvidoso, certificado por hum sinal que o recado era verdadeiro, inviei pessoa que pello coche em que foi escondeo as cartas, e trouxe outras, e para mim hũa de notaveis agradecimentos e não ouve desfeita de couza algũa. Oje me tornou a pedir outra semelhante, que neguei, fundado em que verião que não convinha a El Rey de Inglaterra aver sospeita de mim, a qual daria occasião tanta jornada; e na primeira occasião me desculparei a El Rey de Inglaterra com a mesma razão»¹.

Parece que estas desculpas foram aceitas, pois não encontro mais referências ao assunto até outubro do ano seguinte. No fim duma carta de 20 d'este mês, o Residente diz em cifra que incluye uma carta do secretário Nicholas para a Rainha e acrescenta: «risquei o sobrescripto porque se não visse, abrindoso o maço pelo Parlamento». Pede ao Conde que empregue o mesmo método com a resposta, e que representa à Rainha «como aqui siryo a El Rey de Inglaterra por mandado de Sua Magestade»².

A Rainha Henriqueta, que voltava de Holanda em

¹ Códice de Évora, fol. 64.

² Idem, fol. 370.

junho de 1643 com um socorro de armas e munições, tinha ido a França em julho deste ano de 1644 para levantar dinheiro, e trabalhava em Paris com grande energia e coragem em favor do seu marido, que nunca mais tornou a vêr. Daqui em diante a correspondência política e familiar entre os reais esposos foi conduzida segura e regularmente, graças à dedicação de Sousa de Macedo e do Conde da Vidigueira, que venceram riscos não pequenos nesta matéria.

Numa carta de 17 de novembro, o Residente aponta a norma que a Rainha deve seguir, para que a sua correspondência chegue ao seu destino. Será bom que escreva em cifra e não se assine, de modo que ainda que se abra a carta, não se conheça para quem é. «A maior duvida he daqui para Oxford, e porisso, avendo cousa importante, convem duplicallo em diversos correos, por não fazerem hum grande maço»¹. Em 1 de dezembro participa que vai procurar portador certo para uma carta dirigida ao Rei²; e em 8 do mesmo mês, depois de referir a recepção que tiveram os delegados do Parlamento que foram a Oxford tratar da paz, diz: «Assi pode V. Ex.^{ia} fazer saber á Rainha de Inglaterra e que hoje mandei a sua carta por via que costuma ser certa»³.

Com a carta de 26 de janeiro de 1645 ao Conde envia duas do Rei para a Rainha e observa: «Devesse aver por bem servida, pois lhe não falta carta em nenhum correo»⁴: em 2 de março, depois de uma visita a Oxford, conta que «El Rei de Inglaterra me agradececo notavelmente esta correspondencia, porque não tem outra, e

¹ Códice de Évora, fol. 386.

² Idem, fol. 400.

³ Idem, fol. 402.

⁴ Idem, ol. 187.

isto com mais palavras de que saberei dizer»¹: e em 16 do mês pede ao Conde que advirta a Rainha da parte do marido que ela se descuida em escrever.

Mais de uma vez Sousa de Macedo despachou quatro cartas do Rei para a Rainha no mesmo correio.

Evidentemente em tudo isto houve perigo para o Residente. Muito antes, em 22 de janeiro de 1643, elle tinha avisado ao Conde que às vezes se tomavam e abriam as cartas, e que portanto devia servir-se de cifra para cousas de segredo; mas por cuidadoso que fôsse elle próprio, não se podia salvar do desleixo alheio, e quando o *escritório* do Rei foi aprisionado na batalha de Naseby em 14 de junho de 1645, o representante de Portugal ficou numa situação desagradável. Na Câmara dos Comuns foi atacado com violência por causa das suas relações com Carlos I, e levantaram-lhe duas acusações (além da de ter sido intermediário da correspondência régia) que na exaltação de espíritos podiam ter para elle consequências graves. A primeira dizia respeito a um plano para o casamento do herdeiro da corôa.

Negociações para o casamento do Príncipe Carlos

Sabendo no verão de 1644 que se tratava de casar o herdeiro com Md.^{lle} de Orleans, ou na alternativa, com a filha do Príncipe de Orange, Sousa de Macedo dirigiu em 9 de junho uma carta comprida em cifra ao Conde da Vidigueira em que reprovava a proposta, fundando-se na diferença de religião e nos interesses de França. Não sei se já a este tempo o Residente teria pensado em outro matrimónio para o futuro Carlos II, mas o que é certo é que na sua visita a Oxford em fevereiro de 1645,

¹ Códice de Évora, fol. 214.

lembraram-lhe uma Infanta portuguesa para noiva do Príncipe, na esperança que Portugal daria maior dote do que França ¹. Na carta de 2 de março, Sousa de Macedo refere o que se passou com elle nesta occasião.

«Por estar com muita pressa no correo passado, chegado de Oxford ² daquella hora, não pude avisar a V. Ex.^{ia} como por ordem das pessoas que escrevi a V. Ex.^{ia} me fallaram no casamento, me falou mui deveras o secretario de Estado Niculas (*sic*) pedindome que falasse a El Rei, de que me escusei, dizendo não ter ordem de Sua Magestade. Então me disse que El Rei mandára falar-me e que com este presuposto lhe falasse, disendo que era por sua ordem. Com isto falei a El Rei em audiencia particular, disendolhe que o secretario me dissera da parte de Sua Magestade que lhe falasse na materia, que eu não tinha que lhe falar, senão perguntarlhe o que sobre ella me mandava.

«Differio o negocio para o outro dia, em que hũa manhan cedo, passéando em hum jardim perto de duas horas, ali me disse que cuidando elle em cazar o Principe, o secretario lhe lembrára a filha de Sua Magestade, e que lhe parecera bem, e que podia aver boas condições. Respondilhe que visto o mau tratamento feito á Rainha, não me atrevia a escrever a sua Magestade, sem se tratar de liberdade de consciencia. Sobre isto falamos e chegamos a disputar, e em fim de rezões concluímos que elle queria escrever á Rainha, e eu escrevesse a Sua Magestade o que passamos. Espero que se isto se puzer em pratica, poderemos alcançar grandes partidos, se bem não o sobredito, para os Catholicos, e nos meos de execução

¹ Embora não se mencione o nome da Infanta, não podia ter sido D. Catarina, que só tinha seis anos, mas sim D. Joana.

² Nesta occasião ficou em Oxford 18 dias e queixou-se de ter gasto lá muito dinheiro, «sendo a terra carissima» e não se escuzando de ter lá alguns hospedes todos os dias», *ibid.*, fol. 209.

se cuidará depois e não faltão. El Rei de Inglaterra cuida tirar de Sua Magestade grande ajuda para a guerra, e por isto ha de fazer maravilhas. O negocio pode vir a ser de grande utilidade, e avançandosse a religião, poderá e deverá Sua Santidade ajudar a sua Magestade, e se Sua Magestade não quizer tratar disto, facil escuza tem, dizer que não quer sem liberdade de consciencia».

«La me disseram que El Rei de Inglaterra não queria a filha do Principe de Orange, porque elle nada fes por El Rei de Inglaterra, nem a de Orleans, por ter muito mais idade, mas que o Principe de Condé tratava para sua filha. Tudo escrevi a Sua Magestade. El Rei de Inglaterra escreve a Sua Magestade, agradecendo as armas e munições com grandes palavras»¹.

Pouco depois, em 20 de abril, Sousa de Macedo recebeu um recado de Nicholas para tornar a Oxford, a fim de tratar mais largamente do projecto, a que respondeu, com bastante tino, que ainda não tinha resposta de Portugal, sem a qual não podia adiantar na matéria; e que demais a mais, a sua ida só serviria para levantar suspeitas nos ânimos dos Parlamentários.

Tal foi o estado das negociações, quando pela captura da correspondência régia este negócio ficou conhecido do inimigo, assim como outro que passo a mencionar.

Negociações para a libertação do Infante D. Duarte

Em 1642 Sousa de Macedo tinha escrito um manifesto em favor do Infante e agora em 1645, quando todas as tentativas para a soltura do preso se malograram, concebeu a idea de interessar Carlos I no assunto, julgando que as simpatias castelhanas do monarca tornassem a

¹ Códice de Évora, fol. 214.

sua mediação aceitável e talvez proficua. Inteirado das necessidades do Rei, sugeria ao Conde da Vidigueira que como premio se lhe oferecesse pagamento em armas, munições, sal, azeite, figos, passas e amêndoas do Algarve, vinhos da ilha da Madeira, «porque os outros não servem nestas partes», gengibre e algumas drogas da Índia; e isto a prazo que poderia ser, e o menos possível em dinheiro.¹ Bem sabia ele a pobreza do tesouro português! O Conde, embora tivesse pouca esperança no êxito da proposta, não se opunha, e em 6 de fevereiro Sousa de Macedo entregou a Nicholas um papel em que se comprometia, caso o Rei alcançasse do governo castelhano o desejado favor, a dar-lhe 50,000 libras, uma terça parte em dinheiro, outra terça em armas e munições e o resto em mercadorias. Neste papel o Residente declarou fazer a oferta da sua própria responsabilidade, e assim foi. Urgia aproveitar a ocasião, que era crítica para os Realistas, e não esperar instruções de Portugal.

Como era de esperar, Carlos I aceitou logo e escreveu ao Rei Filipe, emquanto Felix Holanda foi a Madrid a fim de lá tratar o negócio com o embaixador inglês naquella côrte, sofrendo várias peripécias pelo caminho. Afinal a tentativa falhou, como as mais; e visto que Ramos Coelho dá dela uma descrição pormenorizada na *Historia do Infante D. Duarte*,² acho inútil repeti-la.

Resultados para Sousa de Macedo da apreensão da correspondência régia

A batalha de Naseby teve lugar em 14 de junho de 1645, e em 6 de julho o Residente de Portugal escreveu ao Conde da Vidigueira uma carta extensa, informando

¹ Códice de Évora, fol. 23.

² Tomo II, pag. 64.

da captura do *escritório* de Carlos I, com todos os papeis de seus segredos, que infelizmente para Sousa de Macedo, andavam bem mal guardados.

«Nelle acharam muitas cartas de ministros e de todos os Príncipes da Europa, tratando destas revoluções ingresas, huns offerecendo, outros cumprimentando; e todos tratando tantas materias, que o Parlamento ficou attonito de ver as inticas (*sic*) del Rei com todo o mundo».

Não encontraram cartas, nem de D. João IV, nem do Residente, mas sim um livro, todo da letra do Rei de Inglaterra, em que havia copias das cartas mais importantes que tinha escripto na sua vida. Das suas cartas á Rainha, «hũas sam cheas de amores tam finos, que se afirma que os livros de cavallerias, novellas, arcadias ou comedias não tem melhores conceitos, nem melhor exprimidos; outras comunicam as materias de estado tão meudas, que mostram não fazer El Rey nada sem a Rainha»..

«Nestas cartas para a Rainha estou muito notavelmente culpado diante do Parlamento, porque primeiramente mostrando se El Rey descontente de todos os Príncipes, se mostra só satisfeito (não sei porque) del Rei nosso Senhor; e discorrendo em hũa por todos os ministros estrangeiros que estam aqui, a todos poem tachas, e conclue dizendo que só em mim acha fidelidade e honra (até o de França *est mal mené la dedans*).»

«A isto respondo que sua Magestade tem razão de dizer isto de mim, somente porque eu me não meto em embarços, nem nos negocios de Inglaterra,¹ e assi não ha lugar de o aver deservido; comtudo apparecem nas cartas tres cargos, particulares contra mim».

«O primeiro he escrever El Rey á Rainha para que

¹ Não foi tanto assim, como se vê dos factos que tenho apontado.

escreva sempre por minha via, por ser a mais segura e breve. Respondo que poucas vias tem Sua Magestade, sendo isto assi; pois a verdade he que nunca lhe encaminhei mais que 4 até 5 cartas por diversas vezes ¹ que algũas pessoas vindo de França mas entregavam, pedindome da parte de Sua Magestade que lhas enviasse, avendo occasiam; e eu, porque não tenho noticia de portadores certos, as guardava, até que algũas vezes vinham da parte del Rey portadores a perguntar me se tinha alguma carta para elle. Eu entam lhas dava, bem velhas algumas vezes, o que não podia deixar de fazer em cortesia e segundo o respeito que se deve aos Reis; e o mesmo fisera ao Parlamento, avendo occasião, principalmente não sendo cartas de embustes, mas somente de hũa Rainha para seu marido; e que assi não estou arrependido de o faser, antes o farei todas as vezes que ouver lugar, porque o Parlamento não deve querer que eu cometa hũa tal barbaridade e desprimor».

«O segundo cargo he que prometi a El Rey 200.000 cruzados se alcançasse a liberdade do Principe Dom Duarte, (eu me espantava do embaixador de Castella não ter descoberto já isto). Respondo que he verdade, mas que não fis preço certo, só prometti recompensa de outra amisade, que pode ser mais ou menos; e que agora entendo que Sua Magestade espera aquella contia, e que nesta promessa não intento mal do Parlamento, senão proveito proprio, e assi offerecéra o mesmo ao Parlamento, se entendéra que elle podia alcançar a dita liberdade; mas como o Conselho del Rey (segundo diz o mesmo Parlamento) he de creaturas de Castella, entendi que se via lá mais poderosa sua petição, e que tambem o Castelhana os tempos passados prometéra a El Rei

¹ Ou tinha péssima memória, ou de propósito faltou a verdade.
Vid. supra.

600.000 cruzados, se fizesse com os Holandeses que conchissem pas com Castella sem França (no que El Rei se não quis meter)».

«O terceiro cargo he que eu fallava em casamento do Principe de Inglaterra com filha del Rei de Portugal. Respondo que se se fallou por terceira pessoa, servidora del Rei de Inglaterra, ou se o mesmo Rey me fallou (como o carta dis), eu não mereço por isso pena, pois não posso impedir que outrem falle (nem deixar de responder a El Rey que me falla) e menos entra nem sae nisso El Rey de Portugal, que está tam longe: mas que o mesmo Rei de Inglaterra confessa na carta (segundo se diz) que não se chegou a termos de empenho algum, e parou a pratica em palavras de complacencia (desta palavra usa), ou que foi porque eu não tinha ordem nem pensamento para tratar de tal cousa; propus a El Rei muitos inconvenientes e difficuldades para se poder effectuar, nem ainda tratar com El Rei de Portugal, não sendo a menor a differença de religião, sem a qual eu entendi que não se daria ouvidos a semelhante pratica, poronde se não procedeo mais a fallar na materia. A descarga do segundo e terceiro cargo se admittie facilmente, e todos confessem ser boa; mas os rigurosos não se satisfazem da do primeiro».

Em cifra Sousa de Macedo diz desejar que o Conde da Vidigueira informe ao Rei de França e ao Cardeal Mazarin do que elle tinha negociado acerca do casamento do Principe Carlos e da liberdade de D. Duarte, para que não pensem que se tem faltado a elles com a franqueza devida ¹.

Em 13 de julho Sousa de Macedo volta ao mesmo assumpto, Já se não falla mais dos assumptos referidos

¹ Códice de Evora, fol. 243 e seg.

na carta de 6 de julho, mas os do Parlamento dizem ter encontrado «um memorial no qual, entre outros negocios, apontava El Rey que eu lhe respondéra que não me atrevia a escrever a Portugal na materia, sem El Rey dar liberdade de consciencia aos Catholicos». É invenção, mas tem levantado grande tormenta contra elle.

«Nem nego, nem confesso o que se disse que eu disse, por não dar conta de minhas acções», declara o Residente, mostrando ser bom diplomata; mas a sua situação no meio dum povo fanatisado era bastante difficil. «Nada basta contra os ciumes desta gente em materia de religião»; e alguns creem «que já está sobre elles a Inquisição de Portugal». «Emfim este governo he trabalhoso, estou esperando com paciencia e não sem perigo o que succeder, mas resoluta a não me deixar abater de semelhante gente emquanto puder»¹.

Sousa de Macedo zomba do Parlamento

Em 20 do mês torna a tratar das suas relações com o Parlamento, fazendo revelações curiosas e inéditas sobre a vida política Inglesa. Como acontece em todas as revoluções, uma minoria pequena, ignorante e sem escrúpulos, governava em tudo.

«Para conhecimento das disputas que o Parlamento tem commigo he necessario suppôr que nelle, digo na Camara alta delle, assistem mui poucos senhores, e esses totalmente sem autoridade, e assi como se não foram. Na casa baixa ha algumas pessoas de nobreza meam, e a maior parte de baixa qualidade; destes muitos são homens de bem, mas nada podem, sopeados por poucos violentos

¹ Códice de Évora, fol. 309.

que tem o povo por si, e quando se propoem negocio que querem fazer, e sabem que o não poderão conseguir pella maior parte dos votos, remetem-no a juntas que para isso tem, compostas de sapateiros, alfaiates, carneiros, e outros semelhantes, para que o decidam conforme seu gosto».

«No correo passado avisei a V. Ex.^a como me tinham no Parlamento empatadas as cartas daquelle correo de França. Cinco vezes se disputou no Parlamento sobre ellas e sobre mim, vencendo sempre a melhor parte, que conhece minha razão. Entam os outros remeteram o tocante ás cartas a hũa das ditas juntas, chamada de examinações. Esta me mandou dizer por hum seu porteiro que naquella hora aviam chegado ao Parlamento cartas para mim, e que no dia seguinte (que era sabbado) a tarde, mandasse o meu secretario por ellas á dita junta. Respondi que mui bem sabia que estavam lá as cartas avia dois dias, e que tinham feito mal de mas reterem, que eu mandaria o meu secretario por ellas, não porque se me desse de mas mandarem ou não, senão para ver em que estado estavam, se abertas ou fechadas».

«Mandei no dia seguinte, e mostrarão lhe dous maços fechados, que bem se via não se averem aberto; mas disseram-me que o aviam chamado para os abrirem diante della e lhe darem as cartas que fossem para mim e tomarem alguma, se viesse dentro para outra pessoa. Replicou elle e emfim se sahio, sem querer estar presente a abertura».

«Os da junta pegaram no maço e o abriram; dentro acharam quatro ou cinco gazetas de França, de dous ou tres anos de idade; acharam mais tres cartas, mui bem fechadas, com sobrescriptos em cifra; abrirão-nas contentissimos; dentro de hũa não acharam mais que muitas cruces pintadas; dentro de outra, caracteres ridiculos;

e dentro de outra, hum homem pintado, dando à junta huns oculos para ler aquellas cartas»¹.

«Huns ficaram envergonhados, outros rindosse, e todos confusos daquelle spectaculo. Tinha hum delles aberta a cuberta de outro maço, que era o de V. Ex.^a, mas logo, ou temendo achar nelle outro tanto, ou entendendo que quem mandava vir de França o outro para zombar delles, daria tambem ordem a que não lhe viessem cartas de suspeita, me mandaram pello dito porteiro o maço com a cuberta rota, e com a carta de V. Ex.^a, outra do Dr. Antonio Monis, com outra do secretario de estado Pedro Vieira da Silva e a outra de Felis Hollanda, com as suas cubertas bem fechadas, dizendo que abriram a primeira capa por ver se vinham outras que não fossem para mim».

«Eu abri as cartas diante do mesmo homem e li as como por dispreso, para ver se avia nellas cousa de sustancia ou segredo, e vendo que não, retírei sutilmente, sem que elle visse, a do Secretario de estado, e deilhe as outras, dizendo que dissesse á junta que as não recebia por duas rasões; hũa porque vinham com a capa aberta; outra porque tinha noticia que de Paris me mandaram huns bons oculos e certos characteres para ensinar a desafiar, e que deviam não tomar isto para si; e que lhes dissesse tambem que se alguns delles me trouxera aquellas cartas abertas, eu lhe dera a resposta que merecia, mas que pellos ensinar como se deviam tratar a pessoas que em qualquer modo fizeram officio do embaxador, e [a] elle porteiro, que será da junta tam descortes, lhe mandava

¹ Na margem lê-se a seguinte nota. «Eu, vendo as cartas no Parlamento em perigo, quis por certa pessoa tirar o maço de V. Ex.^a e pôr o ridiculo, para que não se achasse menos; como para isso era necessario muita sutileza (por estarem a vista de todos) a pessoa por o que lhe dei (*sic*), e não pode retirar o outro, mais ainda assi ficou bem».

dar de beber. Bebeo elle tremendo. Foi se e deo o recado mui bem dado, como eu depois soube.»

«Este meu modo de proceder fora bem indigno em qualquer corte; mas para o estado desta terra, foi bem ajustado e louvado pelos que bem entendem estas cousas aqui. Bem vê V. Ex.^a que abrindoseme as cartas, ficava eu mal, que ainda que varias vezes se tem aberto não só aos Residentes de França mas tambem aos Embaixadores de Veneza e Hollanda, os Portugueses somos mais desconfiados; e com esta zombaria todos nesta cidade se estam rindo e dizendo que não ha que brincar com o Portugues¹».

Depois desta scena, o Parlamento espalhou o boato de que queria escrever a D. João IV pedindo a demissão de Sousa de Macedo, por ter oferecido dinheiro ao Rei de Inglaterra para a libertação de D. Duarte e «pellos ciumes da religião», mas o Residente não se deixou intimidar; porque tinha os trunfos na mão. O comércio inglês em Portugal era muito mais importante que o comércio português em Inglaterra. Quando em agôsto as suas cartas foram outra vez retidas, ameaçou represalias nos bens dos ingleses em Portugal. Os mercadores de Londres logo representaram ao Parlamento, apontando os prejuizos que tal medida lhes acarretaria, e as cartas foram restituídas invioladas².

**Sousa de Macedo continua a remeter a correspondência régia
e a tratar do casamento do Principe Carlos**

No entretanto, Sousa de Macedo continuava, até o fim de sua residência, a servir de intermediário da correspon-

¹ Códice de Évora, fol. 307.

² Idem, fol. 336.

dência régia, mas redobrava de precauções, e às vezes, em lugar de cifra, empregava palavras que seriam inintelligíveis a qualquer agente Parlamentário. Por exemplo em 21 de dezembro diz: «o filho da calçada teve novas da may e lhe escreve»; e adverte o perigo que ha em vir as cartas em grandes maços ¹.

Tambem procedia nas negociações acerca do casamento.

Tendo o Conde da Vidigueira participado o resultado duma conferência que teve com Mazarin, conferência que fora suggerida por Sousa de Macedo, este responde em 19 de outubro da seguinte maneira: «Vejo o que V. Ex. passou com o Sr. Cardeal, e agora não posso responder mais senão que a sustancia do que ha auido he que de parte del Rei de Inglaterra se me propos o casamento (como consta bastantemente de cartas dos seus secretarios que tenho); demais disto, respondendo eu a El Rei de Inglaterra que nada trataria sem liberdade de consciencia, me respondia que não daria tal, mas que daria algumas liberdades aos catholicos, de modo que não fossem perseguidos. Disto não tenho outra prova que elle mesmo, que o não negará. Depois escreveo o primeiro official da Secretaria, muito aceito a El Rei, em carta que tenho, cuja copia enviei a V. Ex.^a, fallando como de si, que lhe parecia que nesta materia se poderia fazer muito por confiança entre os dous Reis, que eu interpreto artigos secretos. A pessoa por quem isto corre, que he bem intelligente, me diz que não ha duvida em se conceder a liberdade. Disto não tenho outro documento. O que toca a liga he discurso meu, e da dita pessoa só por boas rasões, e a julgamos bem mais facil com Portugal que com França. Eu procuro saber que instrucções leva o embaixador; ² se alcançar,

¹ Códice de Évora, fol. 408 v.º

² O embaixador inglês que ia a Portugal.

avisarei a V. Ex.^a. Refiro isto, para que se tenha bem entendido o que eu digo e disse até agora, e as provas que tenho, e advirto que daqui em diante não hei de dar hum passo, nem diser palavra, sem as ter por escrito, porque tenho experiencia no que succedeo aqui a Mons.^r Gressi, a quem (segundo elle diz), El Rei de Inglaterra prometteo o que não fes; e no que appareceo em carta del Rei ao Parlamento, ou falsa ou verdadeiramente; Bem me parece procurar ver o fundo deste negocio, mas como não tenho resposta de Portugal, não posso fallar claramente. Comtudo nesta semana o procurarei por bom modo, e como tiver resposta, avisarei a V. E., tomandó escrito do que for de substancia, como assima digo» ¹.

Pelo mesmo tempo Sousa de Macedo soube que ainda se tratava do casamento do Príncipe Carlos com a filha do Príncipe de Orange. «A Rainha a solicita por ordem de Germain peitado de Orange. El Rei de Inglaterra lhe dá orelhas, forçado de necessidade, que só o obrigará a vir nisso» ².

O Residente estava vivamente empenhado na realização do casamento, mas como hábil diplomata, não o quis mostrar. Antes pelo contrário fez saber a George Gage, o confidente do Rei com quem tratava, que ia largar o negócio, visto que, como ouvira dizer, se tinha adeantado tanto com o casamento de Holanda. Gage respondeu que embora Lord Germain incitasse a Rainha, ela e o Rei o ouviam forçados; e por fim ficou assente que escrevesse aos secretários do Rei a perguntar se se continuaria com as negociações. A resposta não se fez esperar, e numa carta de 6 de novembro Gage deu informações que satisfaziam a Sousa de Macedo. Indicou a Rainha e

¹ Códice de Évora, fol. 368 v.º

² Idem, fol. 369.

Lord Germain como autores do projecto de casar o Príncipe na Holanda, reportando-se às indicações do secretario de Lord Digby, o qual comtudo assegurou que o seu amo tinha mais altos pensamentos e deu a entender que no Conselho Rial se olhava com favor para o casamento com a Infanta.

Já antes Gage tinha pedido ao Residente que não largasse o negócio, e este obrigou-o a pôr-lhe tudo por escrito, como tinha prometido ao Conde que faria ¹. Tal foi a origem da referida carta de Gage.

Em 3 de novembro Sousa de Macedo põe a questão às claras.

«Quando V. Ex.^a me escreveu que o Cardeal Mazarini desejava que soubessemos os intentos delRei de Inglaterra no casamento, entendi que V. Ex.^a queria que os soubesse novamente do mesmo Rei, ou de seus ministros, e porisso dilatei a resposta; e depois, em ordem a saber o sobredito, fis o projecto de que avisei a V. Ex.^a no passado, de que ainda nem chegou, nem podia chegar reposta. Agora que V. Ex.^a me declara que basta saber eu isto da pessoa que costuma fallarme, só para se tomar luz da materia, lhe direi o que por vezes me tem dito a mesma pessoa, e o Secretario de estado Nicolas, e o seu official maior Oudart, (são todos os que me tem fallado); e o que vi por cartas do Conde Dorcet, camareiro mor, (que tambem entra na materia), fallando todos estes claramente; e em obscuro me insinuou El Rei de Inglaterra. Todos entendem que mui difficilmente pode El Rei ser vencedor sem ajuda estrangeira; querem pois aver hum bom dote em dinheiro e mercadorias de Sua Magestade. E posto que sabem o estado de Sua Magestade, cuidão que nunca o tal dote se faltará, se se quizer alentar, e

¹ Códice de Évora, fols. 398 e 394 v.º

cuidão que se alentarã com o zelo de avançar a religião e com o interesse de adquirir hum bom amigo; e posto que sabem que ó dote não pode ser bastante para acabar a guerra, e tambem entendem que Sua Magestade se não meterã em tal cousa, continuando ella; he seu intento no mesmo tempo e com a mesma occasiam empenhar França a hũa boa assistencia; porque suspeitam que El Rei de França deseja darlha, mas que se não fia del Rei de Inglaterra, e pretendem tirar a desconfiança por meo de Sua Magestade. Ajuntam a isto, que tratandose de melhorar a religiam, e havendo fundamento de novo casamento com Princeza Catholica, e tambem padrinho para tudo, como he França, os Catholicos pedirão a Sua Santidade hũa ajuda de dinheiro. Eu, fallando algumas vezes sobre isto como em discurso de cousa bem remota, representei que o empenho em que seria necessário meterse França e sua Magestade era declarar-se contra o Parlamento, e cousa tão grande requeria que alem de tudo El Rei de Inglaterra fizesse liga com França e Portugal contra Castella, e sem isto nem tratar-se podia; no que El Rei de Inglaterra dava só hũa esperanza futura por causa de contado. Elles imaginam que França declarada contra o Parlamento, elle tomba logo, e meteselhes em cabeça que bastará por premio o da religiam e o da segurança de neutralidade, e mais arrastam a liga com Portugal, que dizem ser consequentemente com França, que a fazella com França; porem a necessidade poderá acabar tudo. Deste partido sam os ingleses que sam mais amigos del Rei de Inglaterra que de Castella, mas ha outros tam diabos que não quererão nem saude por mão de França, e estes inclinam a Orange, e Germain, peitado por elle, persuade a Rainha, e El Rei ouve forçado, posto que o seu desejo o não leva lá» ¹.

¹ Códice de Évora, fol. 388 v.º

Depois de ter escripto isto, Sousa de Macedo recebeu uma carta de Nicholas em que, da parte de Carlos I, affirmava que por se ter demorado a resposta de Portugal, e por as necessidades apertarem, dera ouvidos ao negócio do Príncipe de Orange, mas que havendo boas esperanças de D. João IV, trataria logo de se desempenhar. O Residente ia entretendo o negócio, pois não se atrevia a declarar-se mais sem as instruções, e estas tardavam tanto, que elle julgava ter desagradado.¹ Mas as necessidades do Rei de Inglaterra não se coadunavam com os vagares da diplomacia portugueza, e em 1 de fevereiro de 1646 Sousa de Macedo informou o Conde de que tinham tornado duas vezes a escrever-lhe sobre o casamento, e que ele, por lhe parecer impertinente a insistência, não tinha respondido. Ultimamente Carlos I mandou lhe pedir conselho sobre se escreveria a D. João IV pedindo 800.000 cruzados emprestados, com as condições que quizesse no pagamento. «Aconselheilhe que tal não fizesse, porque as occasiões notorias o não permitiam; muito galante cousa era esta,» commenta elle².

Não admira, em vista das péssimas condições do tesouro, que o governo portugês tratasse o assunto com tanta frouxidão; demais a mais, D. Joana, a mais velha das Infantas, só tinha dez annos e o trono inglês estava cambaleando.

Nesta correspondência não ha mais referencias ao casamento, que passados quinze anos se veio a realizar com a Infanta D. Catarina. No intervalo houve muitas mudanças, e durante o seu exílio Carlos II viu-se obrigado a tomar o partido de Castela, renunciando a amizade do seu futuro sogro e comprometendo-se a fornecer, quando

¹ Códice de Évora, carta de 23 de Novembro, fol. 415.

² Idem, fol. 195.

restituído á corôa, doze navios de guerra para servir durante cinco annos contra Portugal¹.

Embaixador inglês para Portugal

Um dos mais importantes negócios em que Sousa de Macedo se empenhava, era a nomeação para a côrte de Lisboa dum embaixador inglês. Seria uma prova de deferência da parte de Carlos I e demonstraria ao mundo que as relações diplomáticas entre os dois países se tinham normalizado. Logo no princípio de sua residência fala na matéria, que (ao que parece) lhe fôra lembrada pelo Conde da Vidigueira.

«Respondo á carta que V. Ex.^a me escreveo em 7 do presente, e digo no principal de que trata que tenho muito no cuidado procurar a ida dum embaixador a Portugal, pella rasão que V. Ex.^a aponta; e no tratado das pazes se declarou que iria para se assentarem algumas cousas; porem isto e outros particulares que determino praticar, he impossivel fazerse, estando este Reyno em tanta confusão, em que El Rei não pode advertir, senão ao que convem á sua conservação»². Isto tem a data de 14 de agôsto de 1642, e não encontro mais sobre o assunto até 28 de julho de 1644, em que Sousa de Macedo informa «que o medo de offender o Rei de Castella e a falta de dinheiro para custear as dispezas dum embaixador, impedem qualquer resolução da parte de Carlos I». Passado mais um ano, o Residente dá melhores noticias:

¹ Isto era a troco da assistência em soldados e dinheiro para reconquistar o throno. O tratado com estas estipulações tem a data de 12 de abril de 1656. Sobre as negociações de Carlos II com a Castella, vide o livro de Eva Scott: *The Travels of the King Charles II in Germany and Flanders*, Londres, 1907.

² Códice de Évora, fol. 31.

«agora o Rei deseja encontrar para tal posto quem não seja nem Catholico, nem partidario de Castella, nem do Parlamento; é preciso que o escolhido pague as suas proprias dispezas, porque o Rei não pode dar nada, mas se apparecer uma pessoa nestas condições, será logo nomeada»¹.

Depois do incidente que seguiu a tomada do *escritório*² régio na batalha de Naseby, o Residente escreveu ao Conde nestes termos: «A outra cousa que me parece he, que devemos aproveitarnos desta occasião para que El Rei de Inglaterra não falte em logo mandar embaixador a Sua Magestade, representandolhe ser assi razão e divida, visto ficarmos por sua causa em tam má intelligencia com o Parlamento. Eu cá farei diligencia, mas o principal he lá com a Rainha. Germem³, que governa a El Rei e a Rainha, tem condição mui agradecida e generosa, e assi fara qualquer cousa; e se parecer a V. Ex.^a melhor meo, pode fallar nisto, não como ministro de Sua Magestade, mas como particular, que me quer fazer mercê a mim, dizendo que eu digo que fico perdido em Portugal; porque ainda que El Rei me tinha encomendado o serviço delRei de Inglaterra, comtudo cuidase que fiz algum excesso e pello menos me tirará de Inglaterra; e que o remedio para eu me deter aqui, he ir o embaixador que El Rei de Inglaterra tem prometido. A Rainha me mandou ja ha dias dizer, que na primeira occasião que se offerecesse, avia de escrever a Sua Magestade como eu procedia, e outras cousas semelhantes, pelo que entendo defirirá a alguma cousa que me toque; e se esta diligencia faltar, pode ser que

¹ Códice de Évora, carta de 8 de junho de 1645, fol. 281.

² Esta palavra é empregada por Sousa de Macedo. Hoje diriamos *secretaria*.

³ Germain.

El Rei se descuide; e não pode ser applicado com decencia de Sua Magestade, senão por este meo, nem fará nada sem a Rainha; e senão faz isto que peço, o que pretendo (é) lançar-me fora destas correspondencias, que já me enfadam, e só por isso as soffro»¹.

E de crer que a sua tactica dêsse resultado, pois que na carta de 28 de septembro poude dar informações pormenorizadas sobre o embaixador, que já fora escolhido.

«O Embaixador nomeado por El Rei para Sua Magestade se chama Sir (titulo que he como Dom) Henrique Compton². He cavaleiro, que he a primeira honra que El Rei dá abaixo dos titulos; lhe dá ordem do Banho, de que são os principaes titulares que não sam da Jarreteira, que tem numero certo. Foi filho segundo do Barão Compton, da primeira nobresa deste Reino; seu irmão foi feito Conde de Noptanton³, e hoje o he seu sobrinho, que segue a El Rei, e he das casas mais ricas que ha. He homem velho, com uma barba pella cinta. Foi primeira vez casado com a irmã do Conde de Dorset, que he camareiro mor, e o he segunda vez com huma Catholica mui nobre; de ambas tem muitos filhos, todos Catholicos, só elle he hereje, mas bem inclinado á religião Catholica. Tem vinte mil crusados de renda, mas o Parlamento lhe tem tudo sequestrado por suspeitas de elle ser Realista, e o teve preso na Torre desta cidade. Por agora ha de ir a sua conta, com algum dinheiro que tem escondido; e El Rei promete pagar tudo brevemente, (e não sei quando será), e lhe sinalou 6.000 cruzados por anno, alem de certos extraordinários. Tenha V. Ex.³

¹ Códice de Évora, carta de 6 de julho de 1645, fol. 243.

² Rebelo da Silva no *Quadro Elementar*, tomo xvii, p. 59, chama-lhe por engano Copton.

³ Northampton.

tudo isto em segredo, até á Rainha de Inglaterra e a todos os seus, porque qualquer que o saiba, o ha de diser logo, e o ha de saber o Parlamento, e prender este homem e destrui-lo. Tempo ha para fallar á Rainha de Inglaterra, tambem para o dizer ao Cardeal Mazarini, depois que elle se sair daqui para França, como determina, alcançando licença a titulo de ir aos banhos» ¹.

Em 5 de outubro Sousa de Macedo informou que Sir Henrique Compton já tinha passaporte do Parlamento para ir a França, mas com condição de tornar em tres meses, no que elle não reparou e voltou a recomendar o segredo ².

Na carta ao Conde da Vidigueira de 19 de outubro, ha mais sobre o mesmo assumpto.

«Se o conde Briana ³ não mandou ainda a V. Ex.^a o paquete do embaixador de Inglaterra, não deixe V. Ex.^a de o procurar. No passado enviei a V. Ex.^a o outro, que he a cifra para o mesmo. Elle he partido para Paris a fallar á Rainha; não ha de fallar a V. Ex.^a, porque não falla senão ingles, e não quer descobrir nada a interprete, nem pessoa de sua casa ha de saber cousa alguma, senão na hora em que se embarcar, porque teme que o Parlamento mande esperar no mar. Por esta mesma razão lhe he perigoso informarse dos franceses que partem para Lisboa; pello que a pessoa que aqui corre com seus negocios me pede que peça a V. Ex.^a lhe faça merce mandarse informar se dentro de hum mes, ou pouco mais, parte para Lisboa algum navio que não seja ingles, de qualquer porto desse reino (que elle não repara em ser hum ou outro), e sabendose

¹ Códice de Évora, fol. 398.

² Idem, fol. 357.

³ Brienne.

de certo, me avize V. Ex.^a, para de aqui o avisar dos que se vão embarcar, e finalmente a dita pessoa remetter lá logo fato seu que aqui tem, e doze até quinze criados, porque levou só 4, para ir mais simplesmente, e disto espera resposta; e não diga V. Ex.^a nada do navio á Rainha, porque se descobrir que elle vai, ao menos não descubra o porto em que se embarca. E porque, fallando elle á Rainha, he provavel que o Cardeal Mazarini o saiba, não deixa V. Ex.^a, avendo occasião, de lhe fazer a saber como El Rei de Inglaterra manda embaixador a Sua Magestade, postoque não chegue a declararlhe quem hé» ¹.

Em 3 de novembro acrescentou que o embaixador levava título de ordinário, porque o contrário daria suspeita de negócio particular; «e assi parece que he cortezia devida aos que Sua Magestade mandou, já estar eu aqui; e ainda que eu me vá e elle lá não faça cousa de substancia, cuido que determina estar de vagar. Parece me que alcançarei as instrucções, mas até agora não foi possível» ².

Com a excepção de uma referênciã a sua demora em Paris ³, esta correspondência não mais torna a mencionar Sir Henrique Compton, mas numa carta dirigida de Dover em 14 de abril de 1646 ao Dr. Luís Pereira de Castro, Sousa de Macedo participou que o embaixador já tinha passado a França em segrêdo, e que de lá devia já ter partido, segundo as informações do Conde da Vidigueira. «Folguei de conseguir isto, porque será exemplo a outro e pena aos inimigos» ⁴.

¹ Códice de Évora, fol. 369.

² Idem, fol. 388 v.º

³ Idem fol. 408 v.º

⁴ Cod. 49, x, 24, fl. 7, da Biblioteca de Ajuda.

De quando chegou a Portugal não sei nada, e do que por cá fez apenas sei o pouco que vem referido no *Quadro Elementar* ¹.

Sousa de Macedo amigo da França

A nota preponderante da política externa portuguesa, depois da Restauração, foi a de amizade estreita com a França, com cujo apoio o novo reino contava para salvaguardar a readquirida independência. A França foi a primeira potência a reconhecer D. João IV e a mandar embaixador para Lisboa; e o Conde da Vidigueira, representante de Portugal em Paris, dirigia a obra diplomática portuguesa nas outras côrtes, entendendo-se com os cardeais Richelieu e Mazarin.

Logo nos princípios de sua residência, Sousa de Macedo teve ensejo de prestar um serviço à nação a quem Portugal estava ligada pelo interêsse e pela gratidão. O caso foi que a Câmara dos Comuns resolveu expulsar de Inglaterra os frades Capuchos da capela da Rainha, e em abril de 1643 foram todos presos, com excepção de dois que se refugiaram, não na casa do Enviado de França, como seria natural, mas na do Residente português. O que aconteceu em seguida vem contado por êste numa carta de 11 de abril, e mostra bem o fanatismo do povo londrino.

«Depois se occuparam tres ou quatro Parlamentarios em queimar quanto acharam no convento de livros e outro fato; tirando algumas laminas e peças de valor, que cada hum mandou para sua casa. Não se pode dizer os desacatos que fiseram ás imagens por obra e palavras. A São Francisco chamaram «enganador feiticeiro», a huma imagem de Christo crucificado, muito

¹ *Ibid.* tom. xvii, págs. 57 e 59.

devota, «ladrão e cão», a outra de Nossa Senhora, nomes que não me atrevo a referir; e emfim os mesmos Parlamentarios, com espadas e alabardas, acutilaram e fizeram em pedaços as ditas imagens, com grande lastima tudo dos mesmos Protestantes que seguiam opiniões menos más que as dos Puritanos que governam hoje. Eu affirmo a V. Ex.^a que temo estar nesta terra, a que não deixará de vir hum grande castigo do Ceo» ¹.

Um dos frades refugiados voltou a França dois mezes depois, mas o outro ainda estava na legação de Portugal em 1645, ² segundo refere Sousa de Macedo em carta de 8 de junho, dizendo que he bom homem; «tem comtudo o spirito de frade de querer meterse nos governos publicos», que é o «peccado original dos frades» ³. O Residente recebeu do Rei de França e da Rainha de Inglaterra muitos agradecimentos pela hospitalidade concedida ⁴.

O sentimento anti-francês em Inglaterra

Os Capuchos foram expulsos, não só por serem frades e Católicos, mas por serem franceses, e a verdade manda dizer que ambos os partidos que disputavam entre si o govêrno de Inglaterra eram hostis a França. Segundo Sousa de Macedo, os Católicos eram todos castelhanos nas suas simpatias. Quanto aos Rialistas, não tinham motivo para gostar do país, que pelo menos no principio da guerra, parecia querer agravar as dificuldades do Rei.

¹ Códice de Évora, fol. 93.

² O Residente também hospedava um moço romano, que comia seisos e um sacerdote inglês, que se sustentava de leite e mel. *Eva e Ave*, parte I, cap. 89.

³ Estes podiam replicar que a ingerência do poder secular nas cousas da Igreja tem sido causadora de males maiores ainda.

⁴ Códice de Évora, cartas de 23 de abril e 9 de julho de 1643.

Com os progressos do Parlamento, a política francesa tomou uma attitude mais favorável ao monarca, mas como ficou em palavras, não satisfazia aos Rialistas e merecia o desprezo dos Puritanos. Além disso, as vitórias das armas de Luís XIV em Flandres amedrontavam a todos, ao mesmo tempo que o sucessivo enfraquecimento do poder castelhano fazia esquecer os antigos motivos de hostilidade contra o império dos Filipes.

A carta de 17 de junho de 1644 contém um trecho que elucida a matéria. «De Cales ¹ e Flandres se aviza que o sitio de Gravelingas ² vai muito adiante. Não posso encarecer a V. Ex.^a o muito que neste Reino se sente esta facção (*sic*), porque alem dos muitos que ha castelhanos, todos os Ingreses sam notavelmente inimigos de França, e com aquelle porto e o de Dunquerque que se lhe sigirá (*sic*), ficarão os francezes com mais consideravel poder sôbre Inglaterra, e pelo que vejo, ouvera de socorrer a dita praça, ainda que fora debaixo da agoa e rompendo todos os tratados» ³. E em 5 de agosto, depois de noticiar a tomada da praça, acrescenta que com este successo «ficaram todos como se lhe desem (*sic*) com hum malho na cabeça; não se pode crer o odio que tem a França todos os nativos deste Reino, de todo o sexo, qualidade e religiam» ⁴.

Foi sempre opinião corrente que não convinha aos interesses de Inglaterra a existência no continente da Europa, perto das suas praias, de uma nação demasiadamente forte, que alterasse a balança do poder; e nesta convicção tem aquelle país dirigido a sua acção através dos séculos, como refere a história.

¹ Calais.

² Gravelines.

³ Códice de Évora, fol. 291.

⁴ Idem, fol. 320.

Tentativas de paz entre Carlos I e o Parlamento

Por várias vezes a França procurou aumentar a sua influência, tomando o papel de medianeira entre o Rei e o Parlamento, mas todas as tentativas saíram infructíferas.

Em 22 de outubro de 1643, refere o Residente de Portugal que «a maior parte do Parlamento quer a paz, mas os cinco ou seis que são cabeças não acabam de se abrandar» ¹.

O conde de Harcourt ² esteve em Inglaterra cinco mezes no mesmo intuito pacificador, e quando partiu nos fins de fevereiro de 1644, Sousa de Macedo explicou ao Conde da Vidigueira as causas do seu fracasso. «Huma das razões principaes porque não fez couza alguma foi porque trazendo consigo Montagu, grande inimigo do Parlamento, o teve logo o Parlamento por suspeito; doutra parte a façam de Castella fez maos officios com El Rei. Sobretudo El Rei não quis que se tratasse com o Parlamento como tal, senão como rebeldes; com o que se fechou a porta a todo trato; e ultimamente na pretençam que elle tinha de fazer soltar o dito Montagu, o impedio muito a carta de Goring, que referia que Montagu ordenava tambem a ligua contra o Parlamento, com o que lhe ficou mais odioso». Em cifra acrescentou o seguinte: «a principal causa por que o Parlamento não fez caso algum delle foi pella humildade com que elle começou, e na ultima noite que aqui esteve, banqueteu em huma taverna hum homem de pouca sustancia e grande bebado e inimigo del Rei de Inglaterra, mas

¹ Códice de Évora, fol. 173.

² Henri de Lorraine, Conde de Harcourt, embaixador extraordinário (1643-1644).

tirada esta maginisse, ordinaria nestas terras, elle he bonissima pessoa e amigo de nossas cousas»¹.

Comtudo, a culpa não foi do Conde de Harcourt, como pensou Sousa de Macedo. O Rei reclamava auxilio de soldados e dinheiro, que o embaixador não tinha ordens para conceder, ao passo que o Parlamento veio a saber que êle fora escolhido pela Rainha, e que os Rialistas pediam a intervenção armada da França. Bastava isto, junto à opposição dos Parlamentários avançados, apoiados pela população, para inutilizar a missão.

Em 5 de agosto de 1644 refere Sousa de Macedo os esforços no mesmo sentido do Residente francês, Melchior, Conde de Sabran². «Monsieur de Çabran, Residente desse Reino, segundo diz, tem grandes ordens del Rey de Inglaterra para offerecer mui arezoadas condições de paz ao Parlamento, mas como o Parlamento he certo que a não quer, não lhe dá ordem para os propôr, e toma por pretexto dizer que primeiro de tudo o ha elle de reconhecer por Parlamento, a que elle diz que he contra as suas ordens; e porque responde isto, está o Parlamento com elle de candeas as avessas, e por terceiras pessoas lhe mandam fallar em termos que chegam a indecentes. Elle tem bom espirito (como dizem os franceses) e responde com modestia, mas com a soberania que convem á honra de França. O Parlamento faz quanto quer contra as pessoas e mercadorias dos francezes, tratando os como a gente mais vil do mundo; e ultimamente se ordenou huma junta composta de hum ourives, e hum que faz candeas de cevo, e hum çurrador, e hum çapateiro, e de hum remendam, e por presidente hum taverneiro, (por aqui vera V. Ex.^a quem governa

¹ Códice de Évora, fol. 210.

² Sabran chegou a Londres em 29 de Abril de 1644 e partiu em 7 de julho de 1646.

esta terra), a qual junta entre outras cousas trata de presegrir (*sic*) os catholicos; e se faz em huma salla toda dourada, em que os ditos senadores estam com grande magestade, e todos lhe fallam em pé com o chapeo na mão» ¹.

Já referi que em dezembro de 1644 o Parlamento mandou os seus delegados a Oxford a tratar da paz, e é significativo o que conta Sousa de Macedo a este respeito. «O Parlamento.... metteo entre os artigos da paz a El Rei por condição que faria a liga com todos os herejes contra todos os Principes Catholicos; dizem-me que por não se fazer odioso, tirou agora este artigo, mas he certo que o conserva no coração, não por zelo de religião, senão porque com isto aventaja seu partido entre os herejes, e principalmente entre este povo idiota» ².

No março seguinte houve uma conferência entre os representantes dos dois partidos, que também não deu resultado. O Rei estava disposto a convocar um sínodo nacional, para fazer um acôrdo sôbre a matéria de religião, «mas o Parlamento dis que o Espirito Santo lhe assiste e que assim não tem necessidade de Sinodo» ³. Mal podia ir mais longe a loucura.

Nos fins de 1645 o Cardeal Mazarin despachou um enviado extraordinário, Jean de Montreuil,⁴ para o mesmo effeito, mas o Parlamento fez pouco caso dele e até o tratou mal.

«As novas que ha deste Reyno são que ElRey mandou pedir ao Parlamento pasaporte para mandar aqui pessoas a propor condições de Paz tam justas, que se o

¹ Códice de Évora, fol. 320.

² Idem, fol. 413.

³ Idem, fol. 217.

⁴ Ou Montreuil, como escreve Sousa de Macedo.

Parlamento as não aseitase, veria o mundo claramente que elle não queria paz. O Parlamento (segundo disem os amigos delRey) para desacreditar a embaixada delRey, e se diser que no mesmo tempo della usava de ruins meos, publicou que avia descuberto que oje os amigos delRey se avião de levantar de noite nesta cidade e matar todos os que o não fossem; pello que mandou que na noite de segunda feira passada saísem todas as companhias e buscásem certas casas sospeitas, para ver se avia nellas armas ou gente escondida, e que se pusesem guardas ás portas dos ministros estrangeiros, com titulo de os guardar de algum motin que podia soseder, mas o intento era impedir que ninguem buscasse refugio em suas casas; assi sé fez, e da meia noite ate as sete oras da manha estiveram cousa de quarenta soldados a minha porta, e outros tantos as de todos os mais, sem faserem outra cousa senão somente a Monsieur de Montreuil, Residente de frança, que vai a Escossia, em cuja casa entraram, abrindolhes a porta da rua o dono della, que tambem vive dentro e he hereje, com quem parece que no dia de antes estava aquilo trasado, e lhe buscaram tres ou quatro aposentos que tem, e elle, fechado na camara em que dormia, queimou papeis, temendo que lhos tomasem; e depois sahio e com palavras fes ir os soldados, sem buscarem a sua camara. Este Residente era mui bem visto do Parlamento e escosseses, emquanto se cuidou que vinha só a elles; mas avendo a somana passada pedido passaporte (a que ainda se lhe não respondeu) para ir falar a El Rei, entendese que lhe quizerão faser esta descortesia por essa causa. A busca que se fez na cidade foi mui fria, e nada se resultou della, o que confirmou o dito juiso dos amigos delRey, que eu ainda não creio» ¹.

¹ Códice de Évora, carta de 21 de Dezembro de 1645, fl. 409.

**Soldados do Parlamento pretendem entrar
na legação de Portugal**

Muito antes, em junho de 1643, Sousa de Macedo quasi que experimentou desacato igual ao de Montereul. A occasião foi a descoberta duma pretendida conspiração contra o Parlamento, que deu pretexto para prisões de Rialistas e Católicos, e para roubos de todo o género. Um bando de soldados quis entrar na casa do Residente, mas desistiu de seu intento em vista da sua attitude decidida. Eis como elle conta o caso:

«Eu nisto ¹ não dou juizo, só cuido que posso afirmar que os Catholicos neste Reino estão sopeados de maneira que não tem animo para entrar em cousa alguma. Por respeito do sobredito, o Parlamento passou hũa ordem geral para que fossem buscadas todas as cazas dos Catholicos e algũas de Protestantes suspeitos, e se lhes tomassem as armas, dinheiro, prata e ouro que tivessem, e assi se executou com muita furia, mas nada acharam, porque todos tem escondido o que receam poder se lhes tomar. Às onze horas da noite em que acabava o domingo, 21 dias deste mes, veio á minha porta hũa companhia de soldados para me visitarem a casa, e preguntandolhes eu com que ordem vinham e que ma mostrassem, disseram que a tinham do Parlamento, mas que estava na mão de seu coronel e capitam que não vinham aly, mas que os mandaram governados pelo seu tenente, que era o que me falava na porta da rua aonde eu sahi. Eu sey que quatro ou sinco cabeças do Parlamento dam fora delle verbalmente ordens para se fazerem semelhantes couzas, e feitas ellas, satisfazem aos offendidos com hũa

¹ Quer dizer, se o Parlamento tinha algum fundamento para as suas suspeitas, ou se era tudo fingimento,

visita de alguns Parlamentarios, em que pedem perdão, e dizem ser tudo feito por erro (como fizeram o anno passado ao Rezidente de florença e esta segunda feira passada o fizeram ao agente de frança, depois de lhe terem abertos quantos cofres tinha), e assy entendi que uzavam commigo da mesma traça, e que o coronel e capitam não vinham, por se lançar a culpa aos menores; e assy, depois de varias praticas, vendo a instancia que faziam, conclui dizendo que pois não mostravam ordem, nem traziam coronel nem capitam, imaginava que eram ladrões que me queriam roubar, e que não cria que tivessem ordem do Parlamento, e se algem (*sic*) o mandára, dizendo que a tinha, devia estar bebado; que fossem buscar ordem do Parlamento alto e baixo, e que vista ella, avia de fazer minha replica e esperar resposta della, e que sendo cazo que, sem embargo de tudo, o Parlamento mandasse que me entrassem em caza, entraria, porque eu não tinha exercito para me defender do Parlamento em Inglaterra; porem que estava certo que era vassalo de Rey que me vingaria, não só nos Ingrezes que estavam em Portugal, mas ainda nas pessoas dos Parlamentarios; e que eu as tinha por pessoas de muita justiça, mas se acazo algum disesse contra o que eu entendia, lhe desem aquelle recado de minha parte, e ajuntassem que meu Rey não temera ao Rey catholico, que era mais poderoso, e que menos temeria o Parlamento; e finalmente conclui que antes de se fazerem as ditas diligencias, nenhum delles entraria em minha caza, senão por armas, e os primeiros e os mais que entrassem, não tornariam a sair. Com isto ficaram mais brandos e cortezes; eu me recolhi; e elles se foram logo da porta, porem toda a noite estiveram em bandos de 8 e des, longe da casa, mas á vista della, espalhados por hum campo muito grande onde eu pouzo. Pela manhã abri a porta, como de antes, a vista delles, porem com a

gente de minha caza aparelhada para a defença; e não quis mandar recado ao Parlamento, como alguns me diziam, porque se elles não tinham ordem, não era necessario mostrarlhes medo, e eu não queria supor que elles a podiam ter, com mandar ao Parlamento; ás onze horas se foi a dita companhia do campo; e a hũa depois do meio dia vieram quatro Parlamentarios com o coronel da companhia a certificarme da boa vontade do Parlamento e pedir perdã do que fizeram os soldados, por erro, comprehendendo me na ordem geral; a que respondi que eu estava certo na cortezia do Parlamento; e os soldados me não aviam feito afronta, pois se foram com o que lhes disse, antes eu devia pedir perdã ao coronel, em nome dos soldados, de os aver tratado mal, de ameaços e outras palavras a que incitara a justa corola¹. Diseram-me os mesmos Parlamentarios que tinham grandes queixas de eu mandar aqui dizer missas, a que vinham muitos Catholicos, e depois de varias disputas, resolvi que eu não fazia dizer tantas quantas dezejava e era rezam, e que não conhecia se entre os muitos estrangeiros que vinham a capella, avia alguns Ingrezes, e ainda que os conhecesse, a relegiam Catholica me mandava não lhes fechar a porta, antes folgar que viesem, e que se os ministros Ingrezes quizessem impedir os seus, era facil fazelo nas ruas, com condiçam que os não prendessem junto de minha caza, fazendome mercê de me guardarem esse respeito; nisto concordaram e se despediram com cortezias. Dizem-me que os mercadores, como intereçados no commercio reprovam o que se queria fazer commigo, e que na cidade geralmente se approva a resistencia que fis»².

¹ Cólera.

² Códice de Évora, fols. 120 e 121. No *Quadro Elementar*, tomo xvii, pág. 52, Rebelo da Silva regista a comissão dada pela

Os mártires

Um dos agravos levantados contra o Rei Carlos I era que tinha deixado de pôr em prática as leis penais, mas os Puritanos, uma vez senhores do governo, embora professassem uma religião fundamentada no livre exame da sagrada Escritura, recusavam a liberdade de consciência aos Católicos, e supliciarão muitos clérigos com uma barbaridade atroz. As primeiras vítimas foram, como sempre, os membros das Ordens religiosas, a vanguarda da Igreja.

Em 23 de outubro de 1642 Sousa de Macedo descreve o primeiro martírio: «nesta cidade martyrisaram hontem hum frade de S. Francisco da idade de 37 annos¹, que indo a perguntas diante dos juizes, os confundio com o que fallou e com admiravel constancia teve huma gloriosa morte. Está tambem presa huma molher nobre casada, em cuja casa o acharam revestido para dizer missa. Pellas leis tem pena de morte, que ella deseja com notavel esforço, e fallou no tribunal com des Doutores. Dilata-se-lhe a sentença, porque se teme que sirva de confusão das heresias verse padecer huma molher com tanto animo»². Em 30 de abril relata o martirio

Camara dos Comuns a quatro deputados para procurarem o Residente nesta occasião, mas não sabe se se trata de D. Antão de Almada, se de Sousa de Macedo. As informações sôbre este período que ali se lêem são bastante escassas, e creio que por meio d'êste estudo o futuro coordenador duma segunda edição poderá preencher muitas das lacunas.

¹ Frei Thomé Bullaker. A crueldade revoltante com que os algozes se houveram vem referida por Challoner nas *Memoirs of Missionary Priests*, vol. II, pág. 125 (Manchester, 1803). Foi esgarçado antes de expirar.

² Códice de Évora, fol. 171.

de mais um filho de S. Francisco ¹; e em 24 de dezembro outro. Com este último deu-se um episódio comovente, que faz lembrar a morte de Nosso Senhor Jesus Cristo; «ao pé da forca se converteu e confessou a elle hum ladram, de sinco que juntamente foram enforcados» ². Em 22 de setembro de 1644 foram mortos um jesuita e um clérigo secular ³, e em 2 de fevereiro de 1645 outro jesuita: «que falou, estando no logar de martirio, melhor que todos os passados martyres, abominando mui livremente a heresia deste reino, e dizendo que por causa dela o castigava Deos com as miserias presentes» ⁴.

Castigos de Deus

Na mesma ordem de ideas Sousa de Macedo faz notar que «os principaes que principiaram estas alterações, são quasi todos mortos extraordinaria e miseravelmente» ⁵. Hampden foi ferido no combate de Chalgrove: «Deu-lhe huma balla por hum braço, o qual lhe cortaram os surtiões, e depois, por atalhar herpes, lhe cortaram o ombro e tiraram osos das costas, de modo que em quatro ou cinco dias que viveu, padeceu tais dores que os amigos delRey as atribuem a castigo particular» ⁶. Isto foi em julho de 1643; em 24 de dezembro refere o Residente

¹ Códice de Évora, fol. 99. Foi Frei Henrique Heath, vide Challoner, *op. cit.*, II, 128.

² Idem, fol. 62. Foi Frei Arturo Bell. Vide Challoner, *op. cit.*, II, 141.

³ Idem, fol. 351. Foram os padres João Duckett e Ralph Corby. Vide Challoner, *op. cit.*, II, 143 e 146.

⁴ Idem, fol. 196. O padre Henrique Morse. Vide Challoner, *op. cit.*, II, 151.

⁵ Idem, fol. 21.

⁶ Idem, fol. 134.

a morte de Pym: «Avia alguns dias estava hydropico, a que se ajuntou cobrirse sem remedio de piolhos, que o eomiam miseravelmente, com grandes chagas, segundo dizem, posto que alguns o negam, por não parecer castigo de ser o principal cabeça do Parlamento; e como tal, posto que era de pouca qualidade, foi enterrado na Igreja de Vesminster ¹, junto dos Reis e Principes deste Reino, com coroa de louro e outros aplausos, significativos de quanto defensor era do Parlamento e de sua religião» ².

Iconoclasmos

Dada a efervescência anti-Católica do tempo, não admira que o iconoclasmo andasse desenfreado, e que as obras primas da arquitetura religiosa da Edade média fôsem por toda a parte destruídas. Entre outros exemplos citados nesta correspondência escolho o seguinte: «Vespera e dia da invenção da Cruz, tres companhias de pé e duas de cavallo, por ordem do Parlamento, derrubaram huma formosa cruz de pedra dourada, que de tempos antigos estava no meio da principal rua desta cidade, com hum pé muito grande, cercado de exçellentes imagens em nichos, que era uma das melhores obras que pode ser aja em muitos reinos, e cada vez que faziam em pedaços huma imagem de santo, tangiam trombetas e faziam outras festas» ³.

¹ Abadia de Westminster.

² Códice de Évora, fol. 62.

³ Idem, carta de 21 de Maio de 1643, fl. 106: cf. as fls. 113 e 194.

O Colégio dos Inglesinhos em Lisboa

Já disse que na opinião de Sousa de Macedo os Católicos ingleses eram partidários de Castela, tanto como o resto dos seus compatriotas, e parece que este sentimento foi até partilhado pelos que viviam em Lisboa, e em especial pela corporação do Colégio cujos estudantes com a batina preta e estola vermelha (côr de mártirio) contribuem ainda hoje para dar uma nota pitoresca ás ruas de Lisboa.

«Aqui me mostraram a copia de hũa carta que sua Magestade a Rainha deste Reino escreve a Elrei nosso senhor, pedindolhe hũa pençam eclesiastica, da contia que parecer a ElRey nosso senhor, para ajuda da sustentação do colegio dos Ingrezes em Lisboa, e se me pede que escreva a Sua Magestade do modo que me he possível. Respondi que não duvidava que Sua Magestade faria muito pela dita carta, posto que he necessaria dispensaçam do Papa para dar pençam ao Colegio que não morre; escrever eu não pude negar, ainda que declarey de quam pouco effeito era o que ey de escrever a Sua Magestade, que os sacerdotes que saiem de tais collegios fazem grande serviço a Deus, até morreram martires, e que assy sera muito aceita a esmola que lhes fizer, e tera particular merecimento, pelo notavel odio que todos os sacerdotes tem ás couzas de Portugal, com que Sua Magestade comprirá a risqua o que manda Christo Senhor nosso de amar os inimiguos; eu não posso deixar de dizer o que passa na verdade; sua Magestade fará o que for servido»¹.

¹ Códice de Évora, carta de 31 de Fevereiro de 1643, fol. 186.

Festas na legação

Sousa de Macedo era Católico fiel e devotíssimo de Nossa Senhora, como provou com o livro *Eva e Ave, ou Maria triumpicante*. Facultava a sua capela aos Católicos ingleses, que não tendo templos seus, eram obrigados a assistir à missa às escondidas em casas particulares, ou a aproveitar-se das capelas dos embaixadores Católicos; e fazia celebrar os officios e as festas de igreja com um luzimento que atraía lá os próprios Protestantes e os deixou admirados ¹.

Depois de Católico, era patriota fervoroso, de maneira que qualquer successo feliz para Portugal dava motivo a uma festa na legação, em que o Residente não poupava nem esforços nem dinheiro.

Em 29 de outubro de 1643 escrevia ao Conde da Vidigueira o seguinte: «cuidando fico na demonstração que devo fazer de alegria pelo nascimento do nosso Infante, que Deus guarde. A principal seria comer e beber bem, mas nesta cidade não ha pessoa de consideração, senão os inimigos delRei, a quem não convem banquetear» ². Em vista da dificuldade apontada, contentou-se com uma missa de acção de graças, e em casa com um brinde à saúde do recém-nascido. «O brindes comtudo foi soado, porque foram admittidos a elle todos os populares que quizeram vir, e vieram muchissimos (*sic*), que beberam o que Deus sabe, mas era necessario fazer alguma demonstração publica, e como não ouve algum desmancho de bebados, como eu receava, fiquei contente».

A vitória de Montijo foi festejada com maior aparato e à maneira portugueza, com luminarias.

¹ Códice de Évora, fol. 178.

² Idem, fol. 184.

Eis como o autor da festa a descreve :

«A minha casa tem onze janellas, em carreira, todas em hum andar, e por sima outras onze, e no terceiro sobrado outras onze; e todas estavam com duas luminarias, exceptos dois balcois, que tinha cada hum seis tochas, alem de outras luminarias pequenas, e no meio de toda a caza ha hum eirado descoberto, que tinha outras seis tochas e alenternas, que por estar alto, se viam de toda a cidade».

«E com isto muitos tiros de mosquetes, fogetes, e buscapes; e na rua duas grandes fogueiras de lenha e seis barris de alcatram. Em hum dos balcois estavam charamellas, e em outro trombetas, e em outra genella seis rabecois. Eu poizo em huma praça tam grande como duas partes do rocio de Lisboa; e afirmo a V. Ex.^a que estava quasi toda cheia de gente que acodio, e acodiram tambem muitas moças, aindaque de pouca qualidade, que grande parte da noite estiveram dançando na minha çalla ao som dos rabecois. Os Ingleses dizem que nunca viram tal festa»¹.

Os Ingleses e o Brasil

Por várias vezes Sousa de Macedo se viu obrigado a dirigir representações enérgicas ao Parlamento para evitar a saída de expedições que se preparavam para o norte do Brasil. Sorria-lhes, aos Irlandeses e aos Ingleses, a idea de colonizar a Amazonas, e pretendiam que as terras ainda não ocupadas eram livres para todos. Por outro lado Sousa de Macedo fundamentava os direitos de Portugal àquele país no facto de descobrimento e na sentença do Papa Alexandre VI, que fôra reconhecida, segundo ale-

¹ Códice de Évora, fol. 302.

gava, pela Rainha Isabel. Em 28 de setembro de 1645 escreveu ao Conde: «Estou sempre com ciúmes do Gram Pará, porque sei que estas gentes o amam muito».

Exportação da moeda portuguesa

A sua vigilância não se limitava às questões próprias do seu cargo, mas procurava remédios para todos os males da pátria. Eis um exemplo.

«Por tres vias tenho escrito a Sua Magestade que os estrangeiros tiram dinheiro de Portugal hoje como deantes; e dois navios ingrezes que ultimamente aqui chegaram, partidos de Lisboa em o fim de Junho, trouxeram mais de 50.000 crusados em tostões marcados e patacas, e tambem trazem vintens velhos, por duas rasões; huma porque ainda que o dinheiro não val aqui tanto, mais perdem em trazer assucares ou outras mercadorias; outra porque se antes da moeda levantada vendiam um covado de baeta por quatro tostões, hoje o vendem por cinco; e assy tanta prata trazem hoje nos cinco, como deantes trariam nos quatro».

«Entendo que o mesmo farão os Franceses e mais nações, conforme ao que esgotarão Portugal de dinheiro, e alem disso deixam de trazer as mercadorias, com que os direitos reaes cessam e ellas abaixam, avendo menos gasto; e porque cada dia vou achando aqui mais dinheiro novo vindo de Portugal, aviso a V. Ex.^a para que escreva que se dê remedio; o qual não he a prohibição que ha, porque esta, ou não he bem guardada pellos officiaes, ou ainda que elles sejam fieis, lhes he impossivel achar o que se esconde entre as cavernas do navio; e no caminho quando o levam para o navio, nada se atalha, porque o levam pouco e pouco e aventurão se a se lhe tomarem 40 ou 50 mil reis por meterem mais, e assi he unico meo por executar em hum pena de morte, confiscação do bens e

navio perdido aos feitores e consentidores ou sabedores; e a terceira parte de tudo para quem descobrir» ¹.

Uso de tabaco em Londres

Esta correspondência ministra pormenores curiosos sobre vários aspetos da vida da capital. Numa carta refere-se ao uso de tabaco de fumar, que desde a sua introdução por Sir Walter Raleigh no reinado da Rainha Isabel, se tinha desenvolvido de uma maneira extraordinária, não obstante a guerra que fez a este vício o Salomão inglês, Jayme I, no livro célebre *A Counterblast to Tobacco*. Os Puritanos por via de regra fumavam como chaminés. Em 16 de março de 1645 Sousa de Macedo fala dum banquete dado aos embaixadores de Holanda em que o «tabaco de fumo» não faltou; «pois he tão authorized, que como Parlamentário entra na casa dos Senhores e na dos Comuns, e emquanto huns fallão nos negocios, os outros se afastão e tomam tabaco em hum retrete, aonde sempre estão candeas para isso» ².

Em outra carta repara na carestia da vida em Londres, onde «um carro de carvão, que custava dois cruzados; custa oje mais de seis» ³.

Caracter dos Ingleses

São dignos de nota os juizos que Sousa de Macedo fôrmo e formula sobre os homens com quem convivia durante a sua residencia. Em geral dá a impressão de que tinha pouca estima pelo feitio inglês; e até mostra ter

¹ Códice de Évora, Carta de 28 de Setembro, fol. 397.

² Idem, fol. 221.

³ Idem, fol. 182.

tim quasi desprêso por algumas das suas qualidades, sobretudo pela fleuma.

O vagar com que a guerra civil proseguia levou o nosso auctor a observar que os ingleses tinham pouco desejo de arriscar a vida: efectivamente o conflicto entre o Rei e o Parlamento não entusiasmava senão uma pequena minoria, de modo que no princípio os milicianos desertavam sempre que a occasião se oferecia. Foi esta desagregação constante dos exércitos que impeliu Cromwell a insistir pelo estabelecimento dum exército permanente, e que o fez organizar aquella cavalaria invencível que depois foi conhecida pelo nome de *Ironsides*.

Quando Sousa de Macedo alcunhou de «idiota» o povo, evidentemente exagerou; mas é forçoso confessar que ainda hoje, e apesar do analfabetismo ser caso raro, o proletariado londrino, que o Residente só conhecia, é menos vivo que o dos países meridionais; comquanto lhe leve vantagem pelo senso comum e pela persistência no trabalho.

Quanto a Carlos I, achava-o afavel, culto e, quanto a moral, boníssima pessoa, mas simples e vanglorioso. Não se refere á sua fraqueza¹, embora diga que é governado pela Rainha, nem fala directamente das suas tergiversações, que a história regista e que tanto contribuíram para levá-lo á morte desastrada.

Na descrição da batalha de Newbury conta um por menor illustrativo da coragem e sangue frio que o infeliz monarcha mostrou possuir nas grandes occasiões, e que transcrevo por não o ter lido em outra parte.

«El Rey em toda esta guerra tem cobrado grande re-

¹ Qualidade que se encontra muitas vezes nos bons e que nos Reis sobretudo pode dar os peores resultados para elles e para os subditos. Vide o exemplo de Henrique VI da Inglaterra, fundador de Eton, que viveu santamente e foi tambem victima duma guerra civil.

putação, mas muito particular neste combate, porque fez excelentemente officio de general, e andando a pé, arrebatando alguns inimigos por onde se não cuidava, lhe gritavam alguns dos seus que se pusesse a cavallo, o que elle fez; mas outros entenderam que estes gritos eram dizer-lhe que se salvasse, porque tudo era perdido, com o que, desanimados, comesaram a fugir, sem embargo das vozes del Rei que dizia não ser nada, com o que El Rei se achou só, e com a espada na mão se foy meter entre settesentos cavalos de dois regimentos que chamão del Rei e da Rainha, os quaes estavam firmes; e com estes só esperou o general Gualor¹, que com toda a força veio contra elle, estando el Rei na dianteira com hum pistolete para atirar e a espada nua na mão, animando os seus; e chegando os inimigos a menos que muito de tiro de arcabus, os ditos cavalos se abriram, descobrindo cinco pessas de artilharia que tinham entre si, com que fizeram notavel dano nos contrarios; e em seguimento delle, os investio El Rei, seguindo os que fugião por grande espaço».

E acrescenta ingenuamente: «do mesmo modo que faço esta relação do bom successo del Rei, a farei quando o Parlamento o tenha bom, pois os que somos neutros, devemos contar tudo»².

Apertos pecuniaros de Sousa de Macedo

Como todos os representantes de Portugal no estrangeiro naquele tempo, Sousa de Macedo queixa-se constante e amargamente dos gastos extraordinários a que foi obrigado, do atrazo no pagamento dos seus venci-

¹ Waller.

² Códice de Évora, carta de 17 de Novembro de 1644, fol. 386.

mentos, e da falta de resposta a suas cartas, de que eram culpados os ministros em Lisboa, assim como da quebra que padecia nos cambios.

Tiro o seguinte da carta de 27 de janeiro de 1644. «Faço queixa a V. Ex.^a dos ministros de Portugal (*sic*), os quais (não fallando na porçam que se me dá e me falta ha muitos mezes), me tem aqui sem hum real para algum gasto extraordinario do serviço del Rey, depois que ha muito tempo se me acabou hum resto pequeno que deixou Dom Antam d'Almada em soldados portuguezes que aviey para Portugal, os quais vem aquy cada dia em navios Ingreses fogidos de Castella e Frandes, e já ultimamente mandei seis com meu dinheiro e aguora (*sic*) tenho aqui catorze, comendo em minha caza, e somente para os pôr em Portugal são necessarios mais de sessenta mil, e cada dia vem destes».

«E eu, sobre me faltarem ainda com o meu ordenado, não tenho possibilidade para tanto, e se quero tomar dinheiro, passando letra para Portugal, o não acho a menos de quarenta por cento, e ha de ser sobre minha fazenda, porque sobre a del Rey não acho hum real¹, nem já o busco por não me envergonhar. Certo que não sei que faça. Tenho escrito a Sua Magestade. Não me respondem palavra sobre isto. Determiney não fazer caso de Portugues que aquy viesse, mas nem a piedade nem a honra o permite»².

Em 14 de julho torna ao assunto. Os seus vencimentos não estavam pago havia mezes, e já se resignára á perda do dinheiro da passagem dos soldados remetidos para Portugal. O seu pai era velho para andar procurando que

¹ Nada melhor que este facto indica a situação quasi desesperada de Portugal. Não admira que os contemporâneos tivessem por milagrosa a conservação da autonomia nacional.

² Códice de Évora, fol. 194.

lhe fizessem justiça em Lisboa, e estava cansado. O seu criado não fazia outra cousa senão ir aos ministérios para o mesmo efeito. O culpado, no seu entender, era Carvalhosa, procurador de fazenda. «Deve cuidar que estamos aqui ¹ dinheiro como elle. Folgava eu que que cada hum daqueles ministros viera cá estar com 75 mil reis cada mês mal pagos, e vira para quantos dias lhe bastavam» ².

Em outra carta fala da quebra dos cambios. «Sua Magestade ultimamente deo ordem para os satisfazer, mas foi a rezam do que se perde de Lisboa para Hollanda; e assi os senhores que estam por aquellas partes ficam bem, e eu ainda tenho a perda que ha de Hollanda para aqui, que he mais de 23 por cento, de modo que os cem mil reis não me chegam a 77; pelo qual he mister ordem particular para que se me pague aqui em moeda deste Reyno» ³.

Em 1 de dezembro assegura que já gástou cem mil reis com a passagem e comida dos soldados fugidos de Castela, sem contar a despeza feita com a hospedagem na legação. Acima de tudo se lhe devem tres ou quatro mezes atrasados do ordenado ⁴.

Irritado da falta de noticias e respostas, desabafa de vez em quando com o Conde da Vidigueira. «Não sei que diga ao descuido que em Portugal ha em escrever. Muitas vezes me acho envergonhado de não saber da rezam de cousas de importancia que lá succedem» ⁵.

¹ Palavra ilegível.

² Códice de Evora, fol 302.

³ Idem, carta de 28 de Julho de 1644, fl. 305.

⁴ Idem, fl. 400.

⁵ Idem, carta de 17 de Outubro de 1644, fl. 372.

Sousa de Macedo e os ministros estrangeiros

Passo agora a considerar as relações entre Sousa de Macedo e os ministros das outras potências que assistiam em Londres. Com os Residentes franceses, em vista dos interesses comuns dos dois países, mantinha entendimento estreito, embora, como os embaixadores ao Congresso de Munster ¹, eles andassem bastante desavindos entre si. Numa carta ao Conde da Vidigueira de 7 de setembro de 1645 refere que «Monsieurs de Sabran e Montreuil ha seis ou sete dias em minha casa ouveram de andar as bofetadas, e hoje não correm; a Sabran sobeja-lhe rezam, mas tem contra si a fama de colerico» ². Em junho, Sabran, embora tivesse sessenta anos, casou com uma fidalga inglesa de dezoito, servindo o Residente de Portugal de padrinho ³.

Quanto ao Embaixador castelhano, vigiava-lhe os passos por toda a parte ⁴. Don Alonso de Cardenas tinha sido padre da Companhia, «donde lhe ficou ainda ser hum pouco retirado e dizem que virtuoso, e que he bem entendido». Os Residentes de Veneza, e de Florença, embora amigos da França, tomavam uma attitude dúbia ácerca do direito de D. João IV ao trono, o que deu motivo a um conflito que vem referido na carta de 11 de agosto de 1644.

¹ As desavenças dos embaixadores portuguezes Pereira de Castro e Andrade Leitão erão notórias, e Sousa de Macedo conta que os dois embaixadores de França em Munster chegaram a se valer das mãos numa contenda que tiveram sôbre precedencias entre si. Códice de Évora, fl. 225.

² Idem, fol. 343.

³ Idem, fol. 292.

⁴ Idem, fol. 251.

«Monsieur de Sabran quis fazer hum banquete por festa da tomada de Gravelingas, no qual se achassem os embaixadores de Hollanda e hum dos Residentes de Veneza e de Florença, que são somente os que aqui ha amigos de França, e a todos nos rogo. Tres dias antes delle um grande amigo do Veneziano, que algumas vezes me fala, veio (cuido que de proposito) a preguntarme se Veneza e o Duque de Florença avião reconhecido a El Rei de Portugal. Respondi que isso era cousa de tam pouca importancia que nunca me lembrava preguntalo, nem sabia se o saberiam em Portugal. No dia seguinte outra pessoa me veyo dizer da parte dos sobreditos que elles estimavam minha pessoa, mas que não podião reconhecerme por ministro de Rey que ainda não estava reconhecido em Italia; e que assy estimarião que na mesa do ditto jantar buscasemos algum expediente para que nenhum ficasse assim de outro. Respondi em breves palavras que o expediente seria levar eu com miguo dous lacayos, os quaes, se os dittos Residentes desem huma minima mostra da mais pequena duvida, os enchecem (*sic*) loguo de bofetadas e cousses, se Monsieur de Sabran o não fizeçe primeiro, como eu esperava delle; e que as não levarião por respeito de suas pesoas, as quais eu tambem estimava, senão por serviço dos seus Principes, que lhes saberião dar satisfação do que sofrecem em conformidade de suas resoluções. No dia da festa fuy preparado para cumprir minha palavra, mas elles não appareceram lá, e se queixam da minha rude resposta, e dizem que hão de fazer queixa nessa Corte, e para que V. Ex.^a esteja prevenido, lhe conto o que passou»¹.

Talvez nesta occasião Sousa de Macedo se deixasse levar mais pelo ardor patriótico que pela prudência.

¹ Códice de Évora, fl. 326.

No dia 25 do mesmo mês elle teve de confessar que o Duque de Florença mandára um grande presente ao novo embaixador de Roma, passando por suas terras, e que os venezianos negaram licença aos castelhanos para levar livremente o Infante D. Duarte por terras de Veneza a Milão.

Admitio que isto dera grande satisfação em Portugal e que «não avia mais particular correspondência por falta de occasião»¹ mas alegou em defesa do seu procedimento que disto os dois Residentes eram informados e «nada bastou, por serem ambos como criados do embaixador de Castella».

Sousa de Macedo e as letras

Muito antes de encetar a carreira diplomática, Sousa de Macedo tinha sido escritor, pois o primeiro ensaio de sua pena, as *Flores de España*, saiu à luz em 1631, e os anos da sua permanência em Londres foram fecundos em obras de controversia histórica.

A *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado² traz a lista destes tratados em castelhano e latim em defesa dos títulos de D. João IV ao trono, que era o mesmo que dizer do direito de Portugal a ser nação independente.

Dêstes o mais importante é a *Lusitania liberata*,

¹ Códice de Évora, fl. 338.

² Admiro que não se tenha publicado uma segunda edição da *Bibliotheca Lusitana* com as necessárias emendas, visto a sua superioridade ao *Dicionário Bibliográfico Português*. Do confronto das duas obras resulta a convicção de que Barbosa Machado era humanista culto, além de trabalhador indefeso, emquanto Inocência da Silva não passou de investigador perseverante. Os juízos críticos que este emite, ou transcreve, tem pouco valor. Demais a mais a sua obra não inclui nem os livros impressos em latim, nem os manuscritos.

grosso volume in-4.º de 794 páginas, magnificamente impresso a expensas do governo português (ao que parece) ¹ e ornado de excelentes gravuras em cobre.

Não se pode exceder a erudição verdadeiramente beneditina desta obra, constando uma grande parte do texto em citações dos juriconsultos, políticos e escritores sagrados, que apoiam as téses sustentadas. O autor seguiu o mesmo método no *Eva e Ave* tornando assim ambas as obras difíceis de ler hoje ². Para a composição do seu trabalho Sousa de Macedo consultava os livros da biblioteca pública de Londres, que tinha sido convento de S. Bento, e pedia outros emprestados a um livreiro.

Em 10 de dezembro de 1643 escreve elle ao Conde da Vidigueira: «estou imprimindo hum tomo grande, *Lusytania Liberata*, em latim, com estampas, grande letra e o maior aparato que posso, em que não ficará nada por dizer, segundo imagino, de todos os principios e progressos de Portugal, em historias, direito e coriozidades; nelle lhe prometo a V. Ex.^{ia} que não ficará osso sam ao dito autor, ³ e mais Castelhanos; ainda que uzarey de termos mais graves, porque em tudo quero grangear opiniam ao livro, o qual me parece se acabará de imprimir daqui a tres ou quatro mezes» ⁴.

«A impressão he a melhor que neste Reyno se pode fazer, e para elle mandei fazer essa nova letra», diz elle com desvanecimento em outra carta. ⁵ A julgar pelo rosto, que traz a data de 1645, o livro demorou-se bastante no prelo, mas em 27 de abril do referido ano consignava

¹ Vide *Triumpho Lusitano* (Lisboa 1641), no fim.

² Não obstante, *Eva, e Ave* teve pelo menos dez edições: a 10.^a é de 1766.

³ Caramuel.

⁴ Códice de Évora, fol. 153.

⁵ Idem, fol. 187.

o autor ter já vendido quasi toda a impressão, ¹ caso extraordinário, e que hoje não se daria com um livro dêste tamanho, ainda que fôsse um romance sensacional. ² Em quasi tudo somos mais pequenos que os nossos avós.

A *Lusitania liberata* não versa unicamente os direitos de D. João IV, mas descreve também o modo como foi feita sua restauração, diversamente contado, em descrito de Portugal, principalmente em livros italianos.

«Faço tambem huma quasi historia do que até agora tem passado, e faço alguns quasi manifestos contra as calunias castelhanas em algumas materias.» Na carta agradecendo ao Conde da Vidigueira a sua boa opinião do livro, informa Sousa de Macedo que «a estampa de Sua Magestade foi tirada por hum bom retrato que tenho em pintura; mas eu sei que ella não saio boa, comtudo confeçará V. Ex.^a que he melhor que as que até agora sairam, a respeito de que se não se parece, pello menos não he tão feia como as outras, que verdadeiramente tenho vergonha de que se veção³». O que se passou com Carlos I a respeito do livro, dá uma idea encantadora da afabilidade e cultura dêste «Rei trágico» como lhe chamou D. Francisco Manuel.

«Eu levei o livro a El Rei de Inglaterra em huma larga audiência que me deu huma manhã passeando em hum jardim. Me disse que a justiça del Rei Nosso Senhor

¹ Códice de Évora, fol. 255.

² A obra de Sousa de Macedo tinha a vantagem de ser escrita em latim, que era entendido de todo o homem culto no século XVII. Naquele tempo não foi preciso inventar língua universal, pois já existia.

³ Códice de Évora, fol. 227. Vide sôbre o mesmo assunto as cartas de 8 de dezembro de 1644 e do 25 de maio de 1645 a respeito dos retratos do Rei nos trabalhos de Manuel Fernandes Vila Real e Francisco Taquet. Êste último livro é a *Historia di Portogallo* publicado por Birago.

contra El Rey de Castella era evidente; mas que entendia que lhe fazia boa opposição o Principe de Parma. A affabilidade del Rey he tanta, que deo lugar a disputarmos, como em escolas, com argumentos de maior, menor, e consequencia, que propunha e soltava gentilmente, (porque, alem de seu bom juizo, tem mais que principios das sciencias), e porque me negava proposições que os textos fazem, nos consertámos em que a tarde lhe levasse, alem do meu livro, os volumes de direito civil, para lhe mostrar a prova. Assim o fiz, e diante de muitas pessoas, lendo tudo com attenção, confessou ingenuamente que deantes se enganava, e agora consebia já a razão, que era clara, pella qual a representação se não estendia ao Principe de Parma, nem avia lugar de transmissão de primogenitura. Disto tratámos, alem da lei de Lamego, que exclue os estrangeiros, porque os contrarios poem na verdade desta alguma duvida. O dragão sobre o leão meo ovelha no frontespicio do livro, responde ao outra semelhante estampa que Caramuel pos no seu livro *Philippus Prudens*»¹.

Sousa de Macedo metia nas suas cartas muitos apontamentos literários e históricos, e mandava livros ao Conde, recebendo dêle outros, pois ambos tinham igual amor às letras. Da carta de 22 de abril de 1644 vê-se que o Conde tinha encomendado ao Residente certas buscas genealógicas, pois este diz: «farey deligencia aserca da familia dos Gamas, porem não me persuado a que homem tam generoso como foi o grande Dom Vasco da Gama, tinha origem inglesa»²; e subseqüentemente em 30 de junho informou de que «não ha qua noticia da geraçam dos Gamas por nome; se V. Ex. sabe como

¹ Códice de Évora, carta de 10 de março de 1645 fol. 217.

² Idem, fol 246.

diz frei Bernardo¹ que se chamava o primeiro que de qua foi, pelo seu appellido se poderá buscar melhor. Eu vi frei Antonio Bramdam na terceira parte da *Monarquia*, aonde era lugar se tratar disso e não diz tal»².

Em outra ocasião participou que tinha estado a perguntar se havia lá noticias dos *Doze de Inglaterra*, mas sem as encontrar.

«Verdadeiramente as histórias ingresas antigas são malissimamente feitas e não tratão de particularidade alguma; e serto he que esta nação geralmente não tem talento para escrever em nenhuma materia».

Conheceria o erudito Residente as obras de Shakespeare e Bacon?

«Nossas historias antigas tambem contão a dita historia particularmente, donde naceo dizerem alguns dos nossos escrupulosos que fora fingida por Camões. Mas com licença do Senhor Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha, que Deos tem, he sem duvida que ouve aquelles doze Portuguezes nomeados nos livros de geração e em todas nossas historias, as quaes lhes dam grandes titolos de valor; e de memorias manoscritas consta que elles correram varias provincias, onde fizeram feitos famosos; e assim he provavel que Camões tiraçe aquella historia de algumas destas memorias que veria, ou de alguma tradição»³.

Fim da residência

Já vimos que o Parlamento tinha pensado em pedir a D. João IV que retirasse Sousa de Macedo de Londres,

¹ de Brito.

² Códice de Évora, fol. 298.

³ Idem, carta de 5 de janeiro de 1645, fol. 18. Num trabalho que se está publicando no Instituto de Coimbra, o meu amigo D. Thomaz de Almeida Manoel de Vilhena vae demonstrar com provas irrefragáveis a existência dos imortaes paladinos.

e, embora Carlos I quizesse retê-lo, ¹ elle próprio, não lava ver outra vez o sol da pátria. Os três annos que costumava durar uma residência tinham passado; não havia negócios de importância a tratar, e mesmo se os houvesse, elle estava tão inimizado com o partido no poder que não se podia esperar para elles feliz exito. De mais a vida dum ministro estrangeiro na capital inglesa tornava-se cada dia mais difficil e até perigosa, pois a população mandava, não respeitando ninguém.

As razões com que o Conde da Vidigueira procurava conter a impaciência do Residente, este em 4 de agosto de 1645 respondia da seguinte maneira:

«Bem vejo que não posso partirme deste Reyno sem licença del Rey nosso Senhor, nem tive nunca tal tenção; e assi no escrito que dei ao Parlamento, pus o termo de minha partida depois do parto de minha molher, que será quando eu posso ter largamente ordem de sua Magestade, e essa seguirei, sem embargo de qualquer outra cousa. He verdade que eu digo e insinuei no papel que me hei de ir sem ordem; porem isto faço para que, indo-me com ella, possa sempre dizer que vou sem ella, e com isso cesse o agravo que el Rey deste Reyno pudera ter del Rey nosso Senhor differir ao Parlamento».

«A tempestade contra mim he ja acabada, e para que V. Ex.^a veja as variedades desta terra, lhe digo que estando o Residente de Lorena notificado que se fosse em des dias, a que respondeo que não podia sem ordem do Duque, (como avisei e V. Ex.^a), lhe disem agora que não se vá, porque aquella ordem fora dada por erro».

¹ O rei escreveu-lhe uma carta muito penhorante em que exprimia o seu pesar pela sua projectada partida. A data é de 27 de fevereiro de 1645. Uma cópia da carta se acha no *Record Office, State Papers Foreign, Portugal*, vol. 4, pág. 53. Trás nas costas uma certidão de autenticidade assinada por Tomás Maynard, consul inglês em Lisboa, e o primeiro Protestante a occupar tal cargo.

«Para que V. Ex.^a saiba a resão que tenho para desejar irme desta terra, ha de saber que depois que aqui estou, não fui ousado a sahir com minha mulher a ver algum lugar, ou casa de campo, fora desta cidade, com medo de me roubarem no caminho, como aconteceu no principio destas guerras (quando as cousas não estavam ainda tão más) ao embaixador de Veneza, que hoje está em Alemanha, indo passear com sua mulher daqui huma ou duas milhas. Todas as vezes que sahio (*sic*) pella mesma cidade, receo que quando tornar para a casa, não ache nem cama em que dormir, e se me detenho em alguma parte, mando viate veses hum lacayo a saber se a casa está em pas; e isto pelos exemplos que vejo a cada momento, e he mais que certo que se eu não estivera sempre parado, como em huma fronteira, e, se senão tivera noticia de que estou, ja me ouveram de ter entrado em casa mil vezes. O mesmo faz o embaixador de Castella, que nunca sae fora».

«Considere V. Ex.^a que eu, alem do que tinha em Portugal, comprei tudo o mais necessario para ter uma casa, sem que fosse vergonha deixalla ver; e tenho nella gram parte do meu cabedal, e cada hora receo que se meta em cabeça a alguns que tenho aqui thesouros de Catholicos, ou sem se lhes meter em cabeça, o finjam, e me levem quanto tenho, (de que se me dam rebates falsos cada dia), e depois he certo que nunca mais hei de cobrar cousa alguma».

«Esta gente não tem vontade de ir á casa de Monsieur de Sabran, porque ele não tem que lhe roubem, mas são tais, que ha tres ou quatro somanas estando ele a janella com sua mulher, começou todo este povo a atirarlhe pedradas e chamar a sua molher puta francesa, porque se casára com elle, e muitas veses que ella vai pella rua só, ou com elle, lhe atiram com lodo dentro do coche; e nos negocios e tratamentos lhe fasem todos mil infamias, de

que todos os franceses andem envergonhados, e elle tudo encobre e escreve lá que é tratado excellentemente, pello ElRey não tirar daqui por ser aqui casado, e nem tem em França remedio».

.....
 «E finalmente eu terei bem de contar, se escapar daqui com orelhas»¹.

Não creio que Sousa de Macedo exaggerasse o perigo a que vivia sujeito, se é exacto que o próprio D. Alonso de Cardenas, que por ser castelhano, estava bem visto, não se atrevia a sair fora.

Em 1 de dezembro escreveu bastante desapontado, por ter recebido noticias de que D. João IV o tinha mandado ficar no seu posto. Mas resolvido a ver se a influencia do embaixador em Paris lhe valeria nesta occasião, dirigiu a este em 25 de janeiro de 1646 uma carta comprida, em que não se limitava a expôr os motivos que militavão em favor de sua partida, mas historiava as origens de sua missão e as difficuldades² que lhe tinha trazido, ministrando pormenores interessantes, dignos de ser transcritos.

«Agora entra a minha petição, pois V. Ex.^a me dá licença para o enfadar; e he sobre minha ida de aqui. Eu sn.^{or}, dois mezes depois da restituição de Sua Mag.^{de}, tendo em Portugal que comer tambem como os milhores da minha esphera, e estando nas consultas do dezembargo do Porto por mandado de El Rey de Castella, e sem necessidade de pretender fidalguias, habito, nem acrescentamentos semelhantes, aseitei vir à Inglaterra por secretario da Embaxada, só porque os ministros a quem fis replica me disseram que nem El Rey naquelle tempo se podia fiar de todos, nem pessoa algũa se podia escuzar

¹ Códice de Évora, fol. 317, 319.

² Embora com exagero peninsular! Os meridionaes não ligam a mesma importância às palavras que os homens do norte.

de qualquer occupaçam que lhe dessem, sem ficar sepultado vivo; e sobretudo me moveo o zello do serviço de S. Mag.^{de} que me alentou, dizendo me que me adiantaria tanto, que se entendesse que não se abaixava quem se dispunha a servillo de qualquer modo».

«Ás outras pessoas que vieram por secretarios, (verdadeiramente de grandes partes), se deram logo merçes effectivas; e a my a promessa de oitenta mil reis de pençam, de que zombei, e me vim sem fazer caso della. No tratado da paz em que a façam de Castella que entam reinava aqui pos mil difficuldades, trabalhei do modo que S. Mag.^{de} soube, e me fes merçe agradecer com grandissimos encarecimentos e promessas, de que ainda não chegou o effeito. Acabadas aquellas embaxadas, fizeram sse novas merçes aos secretarios dellas, com muita rezam, e não só ao doutor Antonio Monis que tornou à França, mas a Antonio de Sousa Tavares, que depois de se fazer a tregoa que se fes em Hollanda ficou em Portugal, se deram comendas effectivas de maior rendimento do que a my, se me deu só hũa promessa, que nunca se comprirá, de cento e vinte mil reis. Nessa Rezidencia fis tudo o que se offerceco, como V. Ex.^a sabe; e avendo sse me escrito que Sua Mag.^{de} me não dava mais salario que cem mil reis cada mes, por não fazer exemplo, mas que com ajudas de custo sopriria; nem hũa só se me deu, nem eu a pedy, em mais de tres annos; antes nem os cem mil reis se me pagam, senão com perto de 20 por cento de quebra dé Hollanda para aqui; dandosse a todos os mais ministros os salarios sem quebras, por ordem de Sua Mag.^{de}, que só em my se não executou, e ainda assy andam sempre os pagamentos atrazados, devendosse me quatro mezes. Alem disto, todos tem algum dinheiro para gastos extraordinarios e eu nada; e avendo mandado muitos soldados para Lisboa, nem um vintem se me tem pago, nem já o peço, desesperado de o alcançar; de modo que he certissimo

que eu, com a caza que sempre sustentei, gastei mais do meu que todos os embaxadores que saíram de Portugal, excepto V. Ex.^a, e os salarios de Sua Mag.^{de} se me pagaram menos e peor que a todos. Fes me Sua Mag.^{de} do Porto dezembargador da caza da supplicação¹, por ter sobida ordinaria com o tempo; e do mesmo modo sobiram os que estiveram governando em sua patria, izentos dos perigos dessas guerras civis e ameaços do Parlamento e povo, e gozando da luz do sol, que eu não tenho visto ha sinco annos como Deus o criou, e tenho passado sinco invernos em que os dias sam noites claras, e sinco verõis em que os dias são dias obscuros, e pelos invernos estive sempre tremendo de frio e nos verõis tremendo da peste, e sem ter convercaçam senão de homens pelo menos meios bebados, e emfim sem refrigerio algum mais que a esperança de me ir para Portugal, acabados os tres annos da Rezidencia, e esses se acabaram em julho passado, e tenho noticia que Sua Mag.^{de} me manda continuar, e que somente me pòssa ir, se me parecer que corro aqui algum perigo; de maneira que se me for, he necessario que leve a cabeça quebrada, para lá me justificar. Eu não quero que Sua Mag.^{de} me dê mais salario, nem ajuda de custo algũa, porque antes não avendo aqui que fazer, he perdido o dinheiro que me dá, que fora melhor empregado em outra parte; tam pouco peço merçe algũa, porque essas sam necessarias para quem meresse mais, ou para quem he peor de contentar; só digo que estou aqui ha sinco annos com tantos enfadamentos, que ja não ha criado meu que queira esperar por my; trazer a renda que tenho de Portugal quá custa a sincoenta por cento;

¹ Nota a margem: Dezembargador dos aggravos me fas Sua Mag.^{de} (segundo me escreveo) por rezam do livro que soube que eu estava imprimindo, e claro está que eu o fora por todas as rezões, se estivera em Portugal.

algum dinheiro que tinha está acabado, porque o governei para estar quá até gora e não toda ainda, e assy me he impossivel poder subsistir, e se fór a Portugal, accomodarei minhas cousas e cobrarei algũas dividas, com que me fique outra vez em pé».

«Se aqui ouvera couza consideravel do serviço de Sua Mag.^{de}, eu morrera por elle com muito gosto, mas não a auendo, como não ha, se eu presto para em outra couza servir a Sua Mag.^{de}, não convirá destruir me para ficar inhabil para ella, e se para nada presto, (que he o certo), Sua Mag.^{de} não ha de querer que eu fique destruido, avendo desejado servilo. — Eu sei que V. Ex.^a por todas as razõis pode muito; mas nesta materia, pela noticia que tem destas partes, será melhor ouvido; e confio muito em seu animo que me fará merçe de dizer em lugar que aproveite a anestica que ha para me deixar Sua Mag.^{de} ir para Portugal; e quando se entenda que aqui he necessaria outra pessoa, não faltarão lá muitas que folguem de vir, e que terão mais talento; devendo sse tambem advertir que eu sou incapaz de negociar aqui couza algũa, pela má opiniam que o Parlamento tem de my; e assj he certo que offerecendo sse materia tocante ao Parlamento, perecerá» ¹.

Pouco depois de escrita esta carta, Sousa de Macedo recebeu a licença regia para partir quando quizesse.

Em fevereiro aconteceu um caso que lhe persuadiu de se servir tão depressa quanto possivel da licença assim concedida. Interceptaram-lhe uma carta em que pedia ao secretario Nicholas que agradecesse ao Rei as cartas que tinha mandado a Hollanda, e sobre este incidente se travou uma discussão acalorada na Camara dos Communs. No dia 14, à chegada dum navio de Lisboa, o seu creado foi preso

¹ Códice de Évora, fol. 207.

quando entrava em Londres, sendo-lhe tiradas as cartas que levava.

Logo depois veio-lhe ordem regia para voltar.

Pediu passaporte para ir despedir-se do Rei, mas não teve resposta e foi obrigado a despedir-se por carta. Nos fins de março já estava em Dover para se embarcar, e em 14 de abril dirigiu de lá uma carta a Luís Pereira de Castro, de que tiro os seguintes periodos.

«Conforme ao parecer de V. Ex.^a fico já no porto de Dover¹ para me embarcar em hum navio hollandes que mandei fretar em Amstradam, por não achar outra passagem mais segura».

«Espero o primeiro vento (que agora he contrario) e já estou aqui ha quinse dias com bem de gasto; dizem me que he bem artilhado, postoque não tem mais que 24 peças, e que o capitão he valeroso; nelle vem dose soldados Portuguezes de varias partes arribarem a aqueles Estados, e com perto de vinte criados tambem Portuguezes que aqui tenho, fazemos trinta portuguezes bons, que ajudarão em qualquer occasião e com isso me encomendo a Deus, que quem anda por estes paizes, sempre está em perigos. ...peço. lhe que por elles encomende a Deus minha viagem; entendendo que alem das mays virtudes que tem, serão suas orações aceitas a Deos como de martir, que por tais avalio todos os ministros portuguezes que andam por estas terras malditas e miseraveis»².

Na carta de 20 de abril ao Conde da Vidigueira exprime o medo que tinha de ser aprisionado pelos piratas Dunquerquezes no mar. No dia 27 escreve a ultima carta desta correspondência, aonde trata duma das questões magnas da política do tempo. «De Hollanda me

¹ Dover.

² Biblioteca d'Ajuda, Correspondência de Luís Pereira de Castro. Códice 49 | x | 24, fol. 7.

escrevem que o Padre Antonio Vieira he lá chegado ; mas que não se vê caminho de avançar muito o negocio. O caminho he de não aver caravellas, mas navios em frotas, e como não ouver presas, averá concertos. ¹»

«V. Ex.^a bem sabe o que ha de dizer em Portugal sobre isto ; que todas as mais rasões que lá imaginem he pregar no deserto». ²

A sua chegada a Lisboa seria antes da do seu amigo e correspondente o Conde da Vidigueira, com quem tinha pensado em fazer viagem ; pois apesar de este diplomata ter sahido de Paris para Portugal em 7 de fevereiro, só deu á vela da Rochela em 13 de junho, na armada franceza em que era passageiro.

Resultados da residência

Agora procurarei avaliar qual o êxito que teve Sousa de Macedo na sua residência.

Os seus esforços para negociar uma liga entre França, Inglaterra e Portugal contra Castela ; para conseguir que D. João IV fôsse tomado, junto com Luís XIV, por medianeiro entre o Rei e o Parlamento ; e para obter a libertação do Infante D. Duarte falharam, como era inevitável, dados os obstáculos que se opunham.

Por outro lado, os serviços por ele prestados à causa Realista na matéria das armas e correspondência deram em resultado a vinda a Lisboa dum embaixador inglê e estreitaram as relações entre as duas côrtes ; ao passo que, lançando as bases do casamento de Carlos II com uma infanta portuguesa, Sousa de Macedo contribuiu poderosamente para a conservação da independência pátria

¹ Tratarei disto quando publicar a correspondência de Francisco de Sousa Coutinho.

² Códice de Évora, fol. 254.

num tempo do maior perigo¹. Assim o auxilio que Portugal prestou a Carlos I por motivos cavalleirescos e de ordem moral, prova-se que foi um bom negócio, contra toda a expectativa.

A verdade manda dizer que o Residente sempre negava ter quebrado a neutralidade; e num papel que quis publicar, não só se defendeu da accusação de ter sido parcial, mas até tornou o Parlamento responsável das divergências.

«Nas guerras presentes de toda a Europa, as mais vivas que muitas edades viram, os correos de todos os Principes e capitães tem livre passagem pellas terras de seus inimigos: vos não permitis isto a suas Magestades».

«Se eu encaminhára dinheiro, gente e armas,² se encaminhára cartas de outras pessoas suspeitas, offendéra a neutralidade. Cuido que o mesmo tem feito todos os ministros estrangeiros que aqui ha... e todos (ainda oje, depois da vossa queixa contra nos) estão publicando, que offerecendo-se-lhes occasião semelhante, não podem deixar de fazer o mesmo».

Quanto ao dinheiro oferecido ao Rei em troco da liberdade do Infante diz: «vos mesmos compraveis a S. A. a soltura do Marquez de Hamilton, que tem preso».

Desafia o Parlamento a citar um só acto d'ele que tivesse «huma pequena sombra de parcialidade» e conclue assim: «A verdade he que em vosso desconhecimento me castiga Deos por aver offendido a neutralidade, assistindo-vos com o que pude (descobrirei isto, fiado na generosidade de S. M.)».

«Dei mil cartas de recommendações para os ministros

¹ O embaixador inglês e tradutor dos *Lusiadas* Sir Ricardo Fanshawe testemunha que Sousa de Macedo foi o primeiro a falar no casamento. *Quadro Elementar*, xvii, 277.

² Como fez!!

do meu Rey a vossos mercadores, como elles confessarão; dei as ultimamente para as Ilhas Terceiras aos navios da Companhia da India Oriental que partiram a dar guarda aos que se esperão della; dei tais informações de vos a El-Rey meu Senhor, que avendo vos escrito aos Estados das Provincias Unidas cartas a que não responderam, e avendo escrito huma a S. M. Christianissima que não aceitou em muitos mezes, escrevendo vos a S. M. de Portugal, não só aceitou a carta, mas tambem vos respondeo por mim com um recado tão cheio de boa afeição, como se vê do escrito que delle vos dei»¹.

Esta defesa não convence, mas é certo que no século xvii e doutrina da neutralidade se entendia num sentido mais lato que agora, e as simpatias Realistas de D. João IV não o levaram tão longe como os outros monarcas. O Rei de Castela embargou todos os navios e bens dos Parlamentários e proibiu o comércio dos ingleses que não tivessem passaporte de Carlos I;² enquanto a França tratava com os agentes do Rei de Inglaterra da intervenção armada, embora não a realisasse.

Os outros negócios que Sousa de Macedo teve de tratar eram de menos importância. A julgar da correspondência, quasi se limitavam à opposição que fazia às tentativas inglesas para ocupar o norte do Brasil e às questões entre os mercadores dos dois países.

Em tudo deu mostras de energia e mesmo de altivez, quando os interesses ou a dignidade de Portugal corriam risco, inpondo respeito até aos próprios inimigos. Procedia como se fôsse enviado duma nação forte e rica, e não dum país pequeno e pobre, que luctava pela existência contra todo o poder de Castela e Holanda.

Êstes diplomatas da Restauração, o Conde da Vidigueira,

¹ Códice de Évora, fol. 311.

² Idem, carta de 24 de março de 1644, fol. 251.

Francisco de Sousa Coutinho, Rodrigo Botelho e Sousa de Macedo, para só nomear quatro dêles, eram ministros hábeis e no meio das maiores dificuldades mostravam-se homens de pulso, chegando em virtude das suas qualidades a ocupar situações preeminentes, nos países em que assistiam ¹.

Supriam pela corajosa energia a falta de exercitos e esquadras, e faziam tanto como os generais para vencer o litígio com Castela. A sua força em grande parte provinha das suas fortes convicções religiosas, que os moviam a trabalhar e a sacrificar a saude e a fazenda pela pátria.

Prémio dos seus serviços

Já em 1644 D. João IV tinha galardoado a Sousa de Macedo com um lugar de Desembargador dos Agravos e com uma comenda de 300 cruzados ² e no decurso do tempo mereceu outras distincções, vindo a sêr Secretário de estado de D. Afonso VI ³.

Também o Rei Carlos II mostrou-se grato ao servidor do seu pai.

Logo que soube da Restauração inglesa, Sousa de Macedo felicitou o Rei por carta de 18 de julho de 1660; e em 12 de novembro, por insinuação (creio eu) de seus

¹ É para estranhar que os historiadores ingleses não só ignorem o papel que teve Sousa de Macedo, mas até nem falem n'êles — pelo menos em Gardiner esperava eu encontrar notícias a seu respeito, mas não as ha.

² Códice de Évora, fol. 270.

³ Numa carta de 12 de agosto de 1662, Sousa de Macedo dá a noticia interessante que se segue: «*estant bien informé que le Roy mon maistre m'a esleu... sur l'esperance qu'il a eu que sa Majesté l'auroit pour agreable*». *Record office, State Papers Foreign, Portugal*, vol. 5, fol. 185.

amigos, fez transmitir para Londres uma memória de seus serviços ¹.

Em 28 de junho de 1661, «para remunerar ao menos na pessoa do filho os serviços do pae», foi expedida a carta patente pela qual o Rei de Inglaterra concedeu a Luis Gonçalo de Sousa de Macedo ² e aos seus herdeiros o título de Barão de Mullingar na Irlanda ³. A carta de 7 de outubro de 1665, que dou no fim, refere-se a esta mercê.

O retrato que acompanha este estudo foi tirado de um que existe na coleção de gravuras da Biblioteca Nacional por meu amigo o capitão Carlos Ferrão, a quem agradeço a sua gentileza. É igual ao que vem nas edições do século XVIII do livro *Eva e Ave*. Por ignorar a sua proveniência, (embora creia que seja copia de uma pintura a oleo de corpo inteiro, que, segundo me informa o meu amigo Visconde de Castilho, existia ha bastantes anos no palacio da familia Mesquitella ao Poço Novo, agora convertido numa escola) não garanto que seja fiel reprodução do retratado. Tanto o desenho

¹ No mesmo arquivo ha muitas cartas originaes de Sousa de Macedo em cifra.

² Creio que seria este o filho nascido em Londres em Outubro de 1643, codice de Évora fol. 173.

³ O autor do artigo sobre este assunto no *Panorama*, vol. IV, pag. 327, transcreve a carta patente em português do original em latim que viu, talvez em poder do então Conde de Mesquitella, representante de Sousa de Macedo. Parece que Luis Gonçalo usava o titulo que lhe foi conferido, porque numa carta do filho de Fanshawe ao pae aquele diz: «Antonio de Sousa hath lately married the young Baron his son by proxy to a very beautiful young lady of high birth». *Report on the Mss of J. M. Heathcote Esq.* (Historical Mss. Commission) Norwich, 1899, p. 25. É também possível que se refere aqui ao título de Barão da Ilha Grande que lhe foi conferido por D. Afonso VI.

como o trabalho da gravura são mal feitos,¹ mas em fim é o único retrato conhecido e portanto sempre tem interesse.

Caracter de Sousa de Macedo

Não será descabido reproduzir aqui o juízo imparcial que formulou o Dr. João Colbatch (que serviu durante sete anos de capelão da feitoria inglesa em Lisboa nos fins do século xvii) no livro *An Account of the Court of Portugal under the present King Dom Pedro II* (Londres 1700) a pag. 87 et seq. «He was indeed a man of nice honour and unbiassed integrity, a passionate lover of his country and for his insight into affairs and capacity for business, thoroughly qualified for the post he was in²; and at his return into his country had been esteemed accordingly by such as were in a higher sphere, that had opportunities to know the man. But his merit was not like to gain him the goodwill of his equals, it must have almost necessarily enraged them against him, considering how impardonable a crime it appears to most peoples eyes for one that hath been of their rank to advance himself above their level. — It is certain that all his good qualifications were not of themselves sufficient to make

¹ O autor do retrato deve ser o mesmo António Pereira a quem Filipe III em 1628 mandou passar mercê de pintor das igrejas das Ordens Militares. Êle ainda vivia em 1657. É provavel que Guillaud fôsse um dos gravadores que vieram de França no começo do século xviii.

² Secretario de estado. Não conheço relação dos acontecimentos que levaram á deposição d'elRei D. Affonso VI tão bem informada e de critica tão penetrante e sensata como aquella do estrangeiro Colbatch.

O alto conceito em que Schaefer tinha o livro é provado pelas citações que fez d'elle na sua *História de Portugal*. Infelizmente é hoje bastante raro e levou-me anos a procurar o exemplar que possuo.

him popular; on the contrary they were attended in him, as they sometimes may be, with certain little weaknesses that rendered him disagreeable to the many, These were obvious to the common view, whereas it was not everyone that could understand his worth. There was something in his carriage that made him appear morose, sour and peevish, whereby he became uneasy to such as had business with him, especially those of the meaner sort, who are always the most apt to interpret any seeming neglect for a sign of contempt; and here all manner of people are continually addressing themselves to the secretary of state, so that it is almost impossible for any person in that place to avoid disgusting great numbers of pretenders, especially in such turbulent and factious times as these were, when the fate of the great ones depends upon the good pleasure of the people and they expect to be caressed and courted accordingly. But Antonio de Sousa, whether it was that having his head filled with other business he could the less bear with the many impertinences that one in his station must be perpetually plagued with; or that being strictly honest himself, he could have no complaisance for such illmeaning and illdesigning persons of all sorts as he must have had to deal with; either had not, or he did not make much use of the art of managing a multitude.

«He was so unhappy in this respect that even when he yielded to the demand of those that applied themselves to him, he did it with so ill a grace that he could hardly please them. This rough behaviour was no doubt the worse taken in him for that the people had been accustomed to other usage and that by the Conde de Castelmelhor, whose greater quality might have made the same thing seem tolerable in him, which would have seemed insufferable in Antonio de Sousa. But the Conde used to carry himself after quite another manner, for having the advantage

of a more courtlike education, he had such easie and engaging ways with him, that he could dismiss a disappointed pretender not dissatisfied. — It is the observation of a gentleman that was a publick minister at Lisbon about this time, and who in other respects gives de Sousa his just character, that people would sometimes go away much better satisfied with the Condes graceful denial than the untoward grant of Antonio de Sousa :

O Dr. Colbatch não chegou a conhecer o Secretário, por ter vindo a Lisboa alguns anos depois de 1682, em que este morreu. Não obstante isto, tudo leva a crer que a sua crítica fôsse bem fundada, e à luz dela se comprehende perfeitamente a causa do celebre conflicto entre Sousa de Macedo e a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, que teve lugar nas vespéras da revolução palaciana que derrubou do trono el Rei D. Affonso VI. Wicquefort parece confirmar o juizo de Colbatch quando testemunha de Sousa de Macedo (a quem devia ter encontrado na Hollanda): «il avoit l'esprit trop chaud pour avoir de la conduite»¹. Por outro lado a equidade manda registrar que Barbosa Machado disse dele (só por tradição, é claro) que guardava ânimo urbano e benévolo para todos, acrescentando o seguinte: «nunca enfermou do comum achaque dos sabios, qual he o desvanecimento, antes affectava ignorancia, sendo uma animada encyclopedia de todas as sciencias»².

¹ *Mémoires touchant les Ambassadeurs*. Haya 1677, pag. 271.

² Com muito pesar meu, não tive occasião de confrontar as provas dos trechos da correspondência de Sousa de Macedo com o respectivo códice, por este já ter sido devolvido a Évora. Quando eu trabalhava neste estudo, copiei as cartas do dito códice, que foi emprestado á Biblioteca Nacional para este efeito, graças á amabilidade do Dr. Júlio Dantas.

Memória dos Serviços de Sousa de Macedo ao rei Carlos I.

«Antonio de Sousa de Macedo was Resident in England for the space of five yeares and upwards from King John the 4th of Portugall to his Magesty King Charles the first of Great Britaine, in the time of the civill warres of that Kingdome.

«By his order and negotiation was sent the succour of armes and ammunition, which the said King of Portugall gave to the said King of Great Britaine; the which he managed with soe great secrecy and industry that it came safe into the Kings power.

«By his meanes the King held correspondence with many of his well affected subjects in London by cifres which they had; in which is manifest the great danger to which he exposed himselfe.

«By his way went and came the letters from the King to the Queene whilst shee was in Holland, and afterwards in France, for as much as the Parliamentarians had stopped all other wayes.

«And many times the said Antonio de Sousa went himselfe in person from London to where the King resided, to treat of affaires which could not bee treated of by letters.

«Which offices of his, being suspected by the Parliamentarians, they threatened to offer violence to his house, wherein hee had also his Wife with him, whom hee had carried from Portugall, and although they put not their threats in execution, neverthesse hee suffered much trouble from them for the service of his Majesty.

«Finally the said offices were made manifestly knowne and published by the Parliamentarians, after they had in a certaine battell taken the Kings Cabinet, wherein they found letters from the Queene, and copies of some

from the King, by which it was manifest that many businesses were treated of by the way of An.^{to} de Sousa, whereupon hee was brought into greater dangers and troubles by the Paliamentarians; to all which hee exposed himselfe, for that his Majesty had so commanded him, and desired him to delay his returne for Portugall, that hee might not bee deprived of his service.

«What hath been above related is manifest by the cifre with which hee corresponded with his Majesty, which hee hath still in keeping; as also from many letters written as well in ye said cifre, as without it, from the Secretaries of State My Lord Digby, Secretary Nicholas, and the former Secretaryes to him; some also from the King himselfe, both in cifre and without it, full of most honourable expressions, and subscribed by the King himselfe, (*Vosso bom amigo Charles R.*). In one of the said letters his Majesty was pleased to expresse himselfe in this gracious manner: that the obligations hee had to the said Antonio de Sousa were soe great, that the memory of them ought to bee deare even to his posterity, for the advantage and honour of the said An.^{to} de Sousa and all his, if at any time they should have occasion to come into his Kingdomes. The which letters hee keepeth and esteemeth as a most honourable Treasure; and sendeth authentickall copies of some of them by this occasion.

«After the death of his Majesty of Great Britaine, the said Antonio de Sousa, being in Portugall, did greatly help the Princes Palatine, who were arrived there with his Majestys fleet, in the controversies and oppositions they had with the Parliamentarians, as is manifest by the letters w^{ch} he received from Prince Rupert ¹.

«In a word, both in England and Portugall it is noto-

¹ Vide *D. Francisco Manuel de Mello, Esboço bibliografico*; por E. Prestage, (Coimbra 1914) pag. 242.

riously knowne, and testified by very many that have been eye-witnesses, that in all occasions of importance hee hath shewed himselfe a true Servant of his Ma^{ty}, even with his owne danger, as not respecting that, to serve his Ma^{ty}; Her Majesty also, the Queen-Mother, cannot but remember very many of these passages.

«In England hee had the honour divers times to speake with his Majesty King Charles the 2^d; especially when hee was with his Father at Oxford, and his Majesty shewed him many signes of favour and honour, as well knowing in what esteeme his Father had him. Afterwards being Embassador from his Master the King of Portugall in Holland, hee had the happinesse to speake with his Highnesse the Duke of Yorke, from whom he received the like tokens of honour and esteeme; though perhaps, through length of time and diversity of occurrences, these passages may bee forgotten.

«Lastly being elected here in Portugall by the principall merchants of the English nation for their Conservator, an office w^{ch} is worth 500 Crownes a yeare, hee was hindred the enjoying of it, by objecting against him that hee was a Royalist, and passionately addicted to the Interest of the King; and for this reason would not bee acceptable to those of the Parliaments faction. By which meanes hee remained deprived of that benefit, but with a great deale of content and satisfaction to himselfe, it being for so honourable a cause. Of this it is not convenient to present a certificate or other authenticall Instrument, for divers reasons, easy enough to be conceived. But it will be found justified by the testimony of all the English merch^{ts} and the information of the Consull who is in Lisbo, (*sic.*) if his Maj^{ty} shall please in secret to require it.

«Upon the newes of the restauration of King Charles 2.^d to his kingdomes, the said Antonio de Sousa, to

show the great respects hee hath for his Ma^{ty}, did in a very splendid manner invite the whole English nation here residing in this City of Lisbo, with so extraordinary expressions of joy, as have not beene likely seen in this place before ¹.

Carta de Sousa de Macedo ao Rei Carlos II ²

«SIRE. — J'ay appris de Monsieur le Marquis de Sande la grace que V. M^{te} m'a faite pour mon fils touchant la baronie de Molingar, dont elle l'avoit honoré auparavant. C'est la generosité d'un grand Roy combler d'honneurs et de bienfaits ces serviteurs. May cela ne m'acquite pas de mon devoir, de publier tousjours que je dois a V. M. ce qui je suis. Ansi je n'ay qu'offrir a son service ce qu'est a luy par droit, mais seulement protester une perpetuelle reconnoissance; et de tirer plusieurs occasions pour m'employer a mon devoir, comme estant, — Sire — De V.^{re} M.^{te} — Le tres-humble, tres-fidel, et tres-oblige — Serviteur. — *Ant.^o de Sousa de Macedo*».

Lisbone. 7 Octob. 1665.

¹ *Record office, State Papers, Foreign, Portugal, vol. 4, pag. 220.* Com a designação de: *Relacion des Services de Monsr. de Sousa.* Este papel acompanhava uma carta datada de 12 de novembro de 1660.

² *Record office, State Papers Foreign, Portugal, vol. 7, fol. 67.*

ÍNDICE

	Pag.
NOTA PRELIMINAR	5
Primeiras embaixadas em seguida à Restauração.	7
Embaixada a Inglaterra	8
A guerra civil	10
D. João IV oferece armas e munições a Carlos I.	15
Sousa de Macedo intermediário da correspondência régia . .	21
Negociações para o casamento do Príncipe Carlos.	23
Negociações para a libertação do Infante D. Duarte	25
Resultados para Sousa de Macedo da apreensão da correspondência régia	26
Sousa de Macedo zomba do Parlamento	30
Sousa de Macedo continu. a remeter a correspondência régia e a tratar do casamento do Príncipe Carlos	33
Embaixador inglês para Portugal	39
Sousa de Macedo amigo de França	44
O sentimento anti-francês em Inglaterra	45
Tentativas de paz entre Carlos I e o Parlamento.	47
Soldados do Parlamento pretendem entrar na legação de Portugal.	51
Os mártires	54
Castigos de Deus	55
Iconoclasmos.	56
O Colégio dos Inglezinhos em Lisboa	57
Festas na legação	58
Os Ingleses e o Brasil	49
Exportação da moeda portuguesa	60
Uso de tabaco em Londres	61
Character dos Ingleses	61
Apertos pecuniarios de Sousa de Macedo	63

	Pag.
Sousa de Macedo e os ministros estrangeiros	66
Sousa de Macedo e as letras	68
Fim da residência	72
Resultados da residência	80
Prémio dos seus serviços	83

THIS BOOK IS DUE ON THE LAST DATE
STAMPED BELOW

AN INITIAL FINE OF 25 CENTS
WILL BE ASSESSED FOR FAILURE TO RETURN
THIS BOOK ON THE DATE DUE. THE PENALTY
WILL INCREASE TO 50 CENTS ON THE FOURTH
DAY AND TO \$1.00 ON THE SEVENTH DAY
OVERDUE.

MAR 27 1936	

YC 38237

868644

DP634
.8
S6 P7

THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA LIBRARY

